

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
NÍVEL MESTRADO**

THAÍS DE FREITAS DANEBERG

**IMPACTOS DA ADOÇÃO DAS *INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING
STANDARDS* (IFRS) NOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DE
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS**

SÃO LEOPOLDO

2015

THAÍS DE FREITAS DANEBERG

IMPACTOS DA ADOÇÃO DAS *INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS* (IFRS) NOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Área de concentração: Contabilidade para Usuários Externos

Orientador: Prof. Dr. Roberto Frota Decourt

SÃO LEOPOLDO

2015

D179i Daneberg, Thaís de Freitas
Impactos da adoção das International Financial Reporting Standards (IFRS) nos indicadores econômico-financeiros de instituições financeiras brasileiras / por Thaís de Freitas Daneberg. -- São Leopoldo, 2015.

77 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, São Leopoldo, RS, 2015.

Área de concentração: Contabilidade para usuários externos.

Orientação: Prof. Dr. Roberto Frota Decourt, Escola de Gestão e Negócios.

1.Contabilidade bancária. 2.Contabilidade – Normas.
3.Instituições financeiras – Brasil. 4.Bancos – Brasil. 5.Mercado financeiro. 6.Finanças internacionais. I.Decourt, Roberto Frota.
II.Título.

CDU 657:336.71
336.71(81)
336.76

Catálogo na publicação:
Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Thaís de Freitas Daneberg

IMPACTOS DA ADOÇÃO DAS *INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS* (IFRS) NOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.
Área de concentração: Contabilidade para Usuários Externos

Aprovado em 16 de Janeiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Professor Orientador: Prof^o Dr. Roberto Frota Decourt

Assinatura: _____

Membro: Profa. Dra. Umbelina Cravo Teixeira Lagioia

Assinatura: 

Membro: Prof^o Dr. Clóvis Antônio Kronbauer

Assinatura: 

Membro: Prof^o Dr. João Zani

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é a Deus, por ter iluminado meu caminho em dias difíceis e não ter me deixado abater pelas dificuldades, sempre com saúde e disposição para seguir em frente.

Aos professores da UNISINOS, foi uma honra fazer parte deste grupo.

Agradeço também todas as pessoas que de alguma forma estiveram comigo, torceram por mim, que enfim, me acompanharam nesta trajetória.

Em especial a toda a minha família pelo apoio de sempre.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi avaliar os impactos da adoção das normas internacionais nos indicadores econômico-financeiros de instituições financeiras brasileiras, por meio dos indicadores de solvência, estrutura patrimonial e de captação, e de rentabilidade. Replicou-se o estudo internacional de Miranda (2008), cujos indicadores econômico-financeiros foram calculados para bancos de alguns países da União Europeia. Outro estudo com influência significativa foi o de Farias et al. (2014). A amostra foi composta de dezenove instituições financeiras listadas na BM&FBovespa e a Caixa Econômica Federal. Os relatórios contábeis foram extraídos preferencialmente da página eletrônica BM&FBovespa, no ano de 2009 no formato BR GAAP e no ano de 2010 a rerepresentação de 2009 em IFRS. Para verificação do impacto das normas internacionais, foram realizadas análises por meio da comparação das médias de cada um dos indicadores econômico-financeiros, calculados em ambos os padrões contábeis. Os resultados retornados pelo teste *Mann Whitney* sinalizaram que não há diferença significativa entre as médias dos indicadores econômico-financeiros de instituições financeiras calculados em BR GAAP e IFRS. O resultado do estudo difere-se do achado de Miranda (2008) no qual, para alguns indicadores e países, foram identificadas diferenças relevantes. Entretanto observou-se por meio da variação das médias que para os indicadores econômico-financeiros: encaixe voluntário, liquidez imediata, alavancagem e retorno sobre o patrimônio líquido, as médias dos resultados foram superiores no formato BR GAAP, enquanto que para participação em empréstimos, empréstimos/depósitos e capitalização, as médias maiores foram encontradas em IFRS. Os principais conceitos que refletiram nas alterações dos indicadores econômico-financeiros foram: a nova classificação de equivalente de caixa, mensuração de valor recuperável das operações de crédito e derivativos, menor provisão para créditos de liquidação duvidosa, aplicação do conceito de valor justo e modificações quanto à participação dos acionistas não controladores. Apesar de não serem encontradas alterações estatisticamente significativas considerou-se que a carteira de crédito cresceu, devido à aplicação da IAS 39, que adia o reconhecimento dos créditos perdidos, assim as IFRS aparentemente aumentaram o conservadorismo das instituições financeiras, também quando considerada a redução dos depósitos e aplicações interfinanceiras de liquidez. Porém sob a ótica das provisões da carteira de crédito elas se mostraram menos conservadoras, proporcionando melhores resultados.

Palavras-chave: IFRS. BM&FBovespa. Instituições Financeiras.

ABSTRACT

The objective of this research was to evaluate the impacts of the adoption of international standards in economic and financial indicators of Brazilian financial institutions, through the solvency indicators, capital structure and funding, and profitability. Replied to the international study of Miranda (2008), in which economic and financial indicators were calculated for banks in some countries of the European Union. Another study with significant influence was Farias et al.(2014). The sample consisted of nineteen financial institutions listed on the BM&FBovespa and the Caixa Econômica Federal. Financial reporting, preferably were taken from the web page BM&FBovespa, in 2009 in BR GAAP format and in 2010 the 2009 restatement under IFRS. To verify the impact of international standards, analyzes were performed by comparing the averages of each economic and financial indicators, calculated in both accounting standards. The results returned by Mann Whitney test indicate that there is no significant difference between the means of economic and financial indicators of financial institutions calculated in BR GAAP and IFRS. The result of the study differs from Miranda's finding (2008) in which significant differences were identified for some indicators and countries. However it was observed by varying: the averages for the economic and financial voluntary fitting indicators, immediate liquidity, leverage and return on equity, that the average of the results was higher in BR GAAP format, while that for participation in loans, loans / deposits and savings, the highest means were found in IFRS. The main concepts reflecting changes at economic and financial indicators were: the new cash equivalents classification, measurement of impairment of loans and derivatives, less allowance for doubtful accounts, the idea of fair value and changes as to the non-controlling shareholders. Although not statistically significant changes were found, the loan portfolio grew due to the application of IAS 39, which defers the which defers the recognition of lost assets, so the IFRS apparently increased financial institutions' conservatism, also when considering the reduction of deposits and interbank investments. But from the perspective of the loan portfolio provisions they were less conservative, providing better results.

Keywords: IFRS. BM&FBovespa. Financial Institutions.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo premissas do Basileia II.....	25
Quadro 2 – Composição do Sistema Financeiro Nacional.....	27
Quadro 3 – Indicadores Econômico-Financeiros	32
Quadro 4 – Listagem das Instituições Financeiras	40
Quadro 5 – Listagem das Instituições Financeiras excluídas da amostra.....	41
Quadro 6 – Listagem das Instituições Financeiras que fizeram parte da amostra.....	42
Quadro 7 – Listagem de Indicadores Econômico-Financeiros.....	43
Quadro 8 – Esqueleto Contábil BR GAAP e IFRS	44
Quadro 9 – Comparação dos Estudos Nacionais e Estudo Atual	62
Quadro 10 – Comparação dos Estudos Internacionais e Estudo Atual	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Teste de Normalidade para o Bloco de Estrutura Patrimonial e de Captação.....	47
Tabela 2 – Teste de Normalidade para o Bloco de Solvência.....	47
Tabela 3 – Teste de Normalidade para o Bloco de Rentabilidade e Lucratividade	47
Tabela 4 – Teste de Diferença entre Duas Amostras Independentes para o Bloco de Estrutura Patrimonial e de Captação	48
Tabela 5 – Teste de Diferença entre Duas Amostras Independentes para o Bloco de Solvência	49
Tabela 6 – Teste de Diferença entre Duas Amostras Independentes para o Bloco de Rentabilidade e Lucratividade	49
Tabela 7 – Variação das médias dos Indicadores Econômico-Financeiros.....	50
Tabela 8 – Indicadores de Empréstimos/Depósitos (EMPDEP), Alavancagem (ALAV) e Capitalização (CAP)	52
Tabela 9 – Impactos da Adoção das IFRS sobre os indicadores EMPDEP, ALAV e CAP de Instituições Financeiras.	53
Tabela 10 – Indicadores de Encaixe Voluntário (ENCV), Liquidez Imediata (LIQIME) e Participação dos Empréstimos (PAREMP).	54
Tabela 11 – Impactos da Adoção das IFRS sobre os Indicadores de ENCV, LIQIME e PAREMP de Instituições Financeiras.	55
Tabela 12 – Indicador de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE).....	58
Tabela 13 – Impactos da adoção das IFRS sobre o indicador ROE de Instituições Financeiras	58
Tabela 14 – Variações e Tendências	59

LISTA DE SIGLAS

ALAV	Alavancagem
BACEN	Banco Central do Brasil
BIS	<i>Bank for International Settlements</i>
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores e Mercados Futuros de São Paulo
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BR GAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i> Brasil
CAP	Capitalização
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMN	Conselho Monetário Nacional
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EBITDA	<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i>
EMPDEP	Empréstimos/Depósitos
ENCV	Encaixe Voluntário
EVA	<i>Economic value added</i>
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
GAAPs	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
LIQIME	Liquidez Imediata
LSE	Bolsa de Valores de Londres
NYSE	<i>New York Stock Exchange</i>
PAREMP	Participação dos Empréstimos
PL	Patrimônio líquido
PLE	Patrimônio Líquido Exigido
PCGAS	Princípios de Contabilidade geralmente aceitos
ROA	Retorno sobre os ativos totais
ROE	Retorno sobre o patrimônio líquido
SFN	Sistema Financeiro Nacional
US GAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles United States</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	11
1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	13
1.3 OBJETIVOS	13
1.3.1 Objetivo Geral	13
1.3.2 Objetivos Específicos.....	14
1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA	14
1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 CONVERGÊNCIA CONTÁBIL ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	16
2.2 GESTÃO BASEADA NO VALOR.....	20
2.3 REGULAÇÃO BANCÁRIA INTERNACIONAL.....	23
2.4 REGULAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL.....	26
2.5 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS APLICADOS ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	28
2.6 SELEÇÃO DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS APLICADOS NA PESQUISA	31
2.7 ESTUDOS EMPÍRICOS NACIONAIS.....	32
2.8 ESTUDOS EMPÍRICOS INTERNACIONAIS	36
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
3.1 UNIDADES DE ANÁLISE	39
3.2 SELEÇÃO DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS.....	43
3.3 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS	44
3.4 TESTES ESTATÍSTICOS	46
4 ANÁLISE DOS DADOS	51
4.1 ADEQUAÇÃO DE CAPITAL (ESTRUTURA PATRIMONIAL E CAPTAÇÃO).....	52
4.2 LIQUIDEZ (SOLVÊNCIA)	54
4.3 RESULTADOS (RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE)	58
4.4 ANÁLISE GERAL.....	60
5 LIMITAÇÕES	64
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS	69

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A avaliação da situação econômico-financeira das organizações está diretamente relacionada à qualidade da informação. Diante disso, o usuário que se utilizar destas informações para subsidiar o processo de tomada de decisão, buscará confiabilidade no que está sendo apresentado.

Iudícibus (2010, p. 121) menciona “que a essência da evidenciação é oferecer informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada visando uma base adequada de consulta para o usuário”. Yamamoto e Salotti (2006, p. 5) descrevem que “a informação contábil pode ser vista como aquela que altera o conhecimento do usuário em relação à empresa”.

Considerando então, o cenário econômico atual, estas informações advindas da contabilidade, vêm adquirindo um espaço cada vez maior e, assim, acompanhando o desenvolvimento das organizações.

Entretanto, Hendriksen e Van Breda (2009, p. 517) comentam sobre “os motivos que fazem as empresas serem resistentes à maior divulgação de informações: um deles é a possibilidade de se prejudicarem frente aos concorrentes”. De acordo com Goulart (2003) espera-se que as empresas pertencentes aos mercados de capitais desenvolvidos, tenham níveis mais elevados de evidenciação, motivadas pela presença das boas práticas de Governança Corporativa.

Klan e Beuren (2011) destacam a necessidade de maior comparabilidade e transparência nas informações contábeis devido à expansão do mercado financeiro internacional. O dinamismo dos mercados de capitais ampliou a busca por informações úteis para a tomada de decisão. (NEVES et al., 2012).

Neste sentido, a globalização dos negócios tornou-se um elemento fundamental para harmonização contábil. (PEREZ JUNIOR, 2009). Bueno e Lopes (2005) conceituam a harmonização contábil como um processo que aproxima as informações, diminuindo a variedade de práticas contábeis e assim contribuindo para esta comparabilidade desejada.

O novo padrão contábil desenvolvido para alinhar a contabilidade internacionalmente é o *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Mackenzie et al. (2013, p. 1) descreve que o objetivo do *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão responsável pela emissão das normas IFRS, é “desenvolver um conjunto único de normas

para demonstrações contábeis baseados em princípios bem definidos, resultando em maior qualidade”.

O IFRS foi considerado um sistema voltado aos mercados de capitais, que teve como ponto de partida a criação do *International Accounting Standards Committee* (IASC) no ano de 1973. (MACKENZIE et al. 2013). O IASC teve por objetivo formular e publicar de forma independente o novo padrão contábil, por meio da emissão de *International Accounting Standard* (IAS), após (no ano de 2001) houve uma reestruturação do órgão transformando-se nas atuais siglas IASB e IFRS. (MARTINS; JOÃO; MARION, 2012).

Quanto ao objetivo, estas normas visam atender a princípios e não a regras, elas são valores a serem seguidos no ambiente contábil e assim se minimizam as tentativas de burlas. (LEMES; CARVALHO, 2010).

No Brasil, o processo de convergência às normas internacionais se deu a partir da Lei nº 11.638/2007 e dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). De acordo com Carvalho (2009, p. 6) “a empresa que estiver seguindo o CPC, que propõe detalhamento e orientação sobre como aplicar a Lei nº 11.638/07, estará automaticamente aderindo às normas IFRS”.

A criação do CPC é considerada um marco importante em direção à adoção das IFRS, pois a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.055/05 estabelece como objetivo deste comitê o estudo e preparo de pronunciamentos técnicos que levem em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

No campo das instituições financeiras, o Banco Central do Brasil (BACEN) mostra o reconhecimento da validade desta harmonização quando determina, por meio do Comunicado 14.259/06, que todos os intermediários financeiros que estão sob sua supervisão, divulguem a partir de 2010, regularmente, suas demonstrações contábeis em acordo com as normas IFRS.

Segundo Tombini (2013), o uso dos padrões internacionais eleva a qualidade e a transparência das informações contábeis, facilitando o acesso das instituições do Sistema Financeiro Nacional aos mercados financeiros e de capitais internacionais. Da mesma forma, reduz os custos de captação nesses mercados, pois facilita a comparação dos relatórios contábeis das instituições brasileiras com as estrangeiras.

Com isso, as instituições financeiras passaram a ter uma oportunidade de expansão que resulta em crescimento econômico para o país. E este novo cenário, a partir do ano de 2010, desperta e possibilita a intenção da realização de estudos, que envolvam a compreensão destas normas e seus impactos nas demonstrações contábeis.

A demonstração contábil subsidia diversos tipos de análises de empresas. Segundo Assaf Neto (2012, p. 57), “a análise por meio do balanço patrimonial mostra a posição econômico-financeira atual e sinaliza as tendências futuras”.

As instituições financeiras possuem certas particularidades que as diferenciam dos demais ramos de negócios, uma delas é o seu produto, o dinheiro, que é oferecido por meio de diferentes serviços, e assim se caracteriza uma administração diferente. Assaf Neto (2012, p. 302) explica que “um intermediador financeiro atua com base em duas grandes decisões: em seu ativo (decisões de investimentos) e em seu passivo (decisões de financiamentos)”.

Sendo detentoras de peculiaridades, as instituições financeiras necessitam de análises das demonstrações contábeis que se ajustem às suas características e gerem informações adequadas. Silva (2001, p. 228) complementa que “a análise de empresas por meio de índices financeiros é certamente a mais conhecida”. Entretanto, são necessários alguns cuidados quando as empresas analisadas são as instituições financeiras, conforme descreve Assaf Neto (2012) podem ocorrer algumas limitações relacionadas à qualidade das informações obtidas nos relatórios.

Assim, parte-se para a oportunidade de estudar as instituições financeiras e os impactos que elas vêm sofrendo com as alterações provocadas pelas normas internacionais de contabilidade.

1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Diante do exposto, surge a questão que motiva a realização desta pesquisa: Quais são os impactos da adoção das IFRS nos indicadores econômico-financeiros de instituições financeiras brasileiras?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é avaliar os impactos da adoção das IFRS nos indicadores econômico-financeiros de instituições financeiras brasileiras.

1.3.2 Objetivos Específicos

1. Identificar na literatura os indicadores econômico-financeiros utilizados para análise de instituições financeiras.
2. Analisar a variação dos indicadores econômico-financeiros por meio de testes estatísticos.
3. Descrever as principais alterações provocadas pela adoção das IFRS na contabilidade das instituições financeiras, assim como elencá-las com os resultados encontrados.

1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

Para o desenvolvimento deste estudo, consultaram-se publicações nacionais e internacionais. Dos estudos encontrados o achado de Miranda (2008), que analisou os impactos da adoção das IFRS em indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Europeia proporcionou interesse na réplica da pesquisa para as instituições financeiras brasileiras, assim como a oportunidade de comparação entre estas. Outro estudo com grande relevância para o desenvolvimento desta pesquisa foi o de Farias et al. (2014) que avaliou os impactos da adoção das IFRS nas demonstrações contábeis consolidadas dos Bancos listados na BM&FBovespa.

Avaliando os demais estudos localizados teve-se influência pelos seguintes: Calçado et al. (2013), que verificou a diferença entre os indicadores econômico-financeiros de instituições financeiras considerando o padrão BACEN e o IFRS. Ernst & Young (2005), que divulgaram as principais normas internacionais de contabilidade que impactaram no patrimônio líquido de 15 instituições financeiras europeias. Chiqueto (2008), que estudou os impactos na provisão de devedores duvidosos de bancos europeus após a adoção das IFRS. Gebhardt e Novotny-Farkas (2010), que analisaram as implicações da adoção das IFRS na qualidade de bancos da Europa, e Leventis, Dimitropoulos e Anandarajan (2010) que relacionaram as provisões para perdas de crédito e o gerenciamento de ganhos por bancos da União Europeia.

Seguindo as abordagens dos estudos citados, teve-se como proposta a ampliação das pesquisas no campo das instituições financeiras, e das normas internacionais de contabilidade no Brasil. O presente estudo objetivou a identificação dos impactos das IFRS nos indicadores

econômico-financeiros das instituições financeiras listadas na BM&FBovespa, que por muitas vezes são excluídas das amostras por suas particularidades.

Houve também a pretensão de identificar evidências quanto ao novo cenário (IFRS), subsidiando novas pesquisas e contribuindo como fonte de consulta para investidores, analistas de mercado, profissionais contábeis, instituições financeiras e pesquisadores em geral.

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

No presente estudo buscou-se por meio de cálculo dos indicadores econômico-financeiros, avaliar os impactos das normas internacionais (IFRS) nas instituições financeiras listadas na BM&FBovespa.

Foram calculados sete indicadores econômico-financeiros estruturados em: Encaixe Voluntário, Liquidez Imediata, Participação dos Empréstimos, Relação Empréstimos Depósitos, Alavancagem, Capitalização e Retorno sobre o Patrimônio Líquido.

A base de dados foi composta pelas demonstrações contábeis, disponibilizadas nas páginas eletrônicas da BM&FBovespa e/ou das próprias instituições financeiras para o ano de 2009, os formatos foram *Generally Accepted Accounting Principles* Brasil (BR GAAP) e IFRS, ambos localizados junto às demonstrações contábeis do ano de 2009/2010 (quando houve a reapresentação de forma comparativa).

Posteriormente, os indicadores econômico-financeiros calculados nos dois formatos foram submetidos a testes estatísticos de normalidade e comparação de grupos.

Não se abordou neste estudo o estágio da incorporação das normas internacionais (IFRS) pelo Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONVERGÊNCIA CONTÁBIL ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Escândalos contábeis e financeiros no início dos anos 2000 sinalizaram deficiências no sistema regulatório. Empresas operariam nos limites da legalidade, favorecendo-se frente aos *stakeholders*. Este fato, fez com que partes interessadas nas empresas começassem a solicitar maior número de informações; e assim a assimetria informacional existente no mercado tornou-se uma problemática. (SCHVIRCK; GASPARETTO, 2011).

Mediante este cenário, no ano de 2001, houve um consenso entre a comunidade empresarial internacional quanto à necessidade de maior consistência na regulação contábil. (LEMES; CARVALHO, 2010).

Historicamente, observando a origem das normas internacionais, tem-se o órgão IASC (1970), que posteriormente sofreu uma reforma constitucional quanto sua atuação, surgindo em substituição a ele, à estrutura conhecida como IASB (2001). (LEMES; CARVALHO, 2010).

Conforme Ernst & Young e Fipecafi (2010, p. 11), “o IASB tem como compromisso desenvolver, no interesse público, um conjunto único de normas contábeis globais de alta qualidade, que exige informações transparentes e comparativas nas demonstrações financeiras de uso comum”.

Sendo assim, o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade pode ser explicado como uma consequência do desenvolvimento dos mercados. A partir de um determinado momento surge a necessidade de maiores informações para subsidiar com segurança a tomada de decisão em nível internacional. (NEVES et al., 2012; SILVEIRA, 2014).

Para a *PricewaterhouseCoopers*¹ (PWC) (2010) a União Europeia impulsionou as normas internacionais de contabilidade quando afirmou que, as normas internacionais fundamentadas em princípios são mais fiéis a realidade econômica, e assim suas companhias abertas adotaram as IFRS a partir de 2005.

Segundo Silva et al. (2011) a convergência às normas internacionais de contabilidade vem sendo rapidamente aceitas. Segundo a Fundação IFRS o novo padrão contábil já é

¹ Empresa de auditoria, conhecida internacionalmente por pertencer ao grupo das “big 4”.

considerado de uso obrigatório para empresas listadas, ou para a maioria delas, em 101 países (em 83% das 122 jurisdições).

Especificadamente para as instituições financeiras, as normas internacionais de contabilidade foram efetivamente adotadas a partir de 2010, em acordo com o Comunicado do Banco Central do Brasil nº 14.259/06 e Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 457/07.

No Brasil, as instituições financeiras estão sujeitas à supervisão do BACEN, sendo estabelecido em leis e regulamentos, como a Lei 4.595/64, que compete ao Conselho Monetário Nacional (CMN) expedir normas gerais de contabilidade a serem aplicadas neste segmento. Entre elas, a Lei 6.385/76, que outorga a competência explícita do CMN para legislar e emitir resoluções sobre contabilidade para as instituições financeiras (incluindo o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional) e a Lei 11.941/09, que confirma a supervisão do BACEN sobre as instituições financeiras (e demais entidades autorizadas a funcionar pelo mesmo) em conformidade com as leis acima.

A adoção das IFRS compreendeu duas etapas: a primeira foi aplicada em 2008 e 2009, a Lei 11.638/07 e 15 Pronunciamentos Técnicos. Logo, em um segundo momento, desenvolvido no decorrer de 2009, a aprovação de outros 29 Pronunciamentos Técnicos, estes já com todos os procedimentos convergentes às normas internacionais e aplicados obrigatoriamente a partir de 2010.

Estes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC têm como objetivo estabelecer conceitos doutrinários, estruturas técnicas e procedimentos a serem aplicados, e são estes também submetidos a audiências públicas. De acordo com Carvalho (2009, p. 6) “a empresa que estiver seguindo o CPC, que propõe detalhamento e orientação sobre como aplicar a Lei nº 11.638/07, estará automaticamente aderindo às normas IFRS”.

Diante disso, no Sistema Financeiro Nacional a Resolução nº 3.786/09, forneceu maiores orientações sobre a primeira adoção das IFRS para as instituições financeiras, e definiu essa adoção aplicável para instituições financeiras abertas ou com comitês de auditoria, requerendo a publicação de demonstrações contábeis em IFRS. Desde então, em atendimento às normas emitidas pelo órgão regulador, essas instituições têm elaborado suas demonstrações segundo dois padrões contábeis: um definido pelo IASB e outro consubstanciado no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

O BACEN não autorizou o uso das IFRS nos balanços individuais das instituições financeiras, nem para as demonstrações consolidadas divulgadas junto com as individuais.

Para estas, manteve-se o uso do padrão estabelecido pelo COSIF, seguindo as diretrizes das Leis nºs 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadamente às normas da CVM e do CPC, porém priorizando, o formato COSIF para quando houver divergências. (FE JUNIOR, 2013).

Embora não tenha adotado para as instituições financeiras o mesmo procedimento da Comissão de Valores Mobiliários na recepção dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, o BACEN reconhece a necessidade de convergência aos padrões contábeis internacionais, além de ser uma recomendação do comitê da Basileia, tendo em vista a competição no mercado financeiro internacional com informações transparentes e compreensíveis em âmbito mundial.

Em evento patrocinado pelo BACEN, o seu representante afirmou que a instituição reconhece a necessidade de convergência aos padrões contábeis internacionais, no que diz respeito à regulação contábil, sendo esse processo definido em três etapas: (i) identificação das principais diferenças existentes entre as normas internacionais e as normas consolidadas no COSIF – etapa concluída em 2007; (ii) estabelecimento da obrigatoriedade de divulgação das demonstrações no padrão IFRS – etapa marcada com a Resolução CMN nº 3.786/09; e (iii) redução das assimetrias entre o COSIF e a norma internacional. (ANJOS, 2010).

Se a necessidade e relevância de adoção das Normas Internacionais de Contabilidade são reconhecidas pelo órgão regulador, pergunta-se por que a convergência não tem ocorrido da mesma forma que na CVM. A justificativa está na particularidade do sistema financeiro. O BACEN tem em sua missão o papel de assegurar a solidez e eficiência do sistema financeiro nacional. Dessa forma, os impactos gerados pela adoção de uma norma devem ser avaliados sob uma ótica macroeconômica. Nesse contexto, Uema (2010) nos apresenta mais uma posição do BACEN: “o processo de transição deve ser suave e acima de tudo responsável”.

Um fato relevante sobre o assunto, abordado por Gebhardt e Novotny-Farkas (2010) é quanto ao valor justo: eles destacam que esse método de avaliação foi acusado de ter contribuído para exacerbar os efeitos da crise. Contudo, no estudo realizado sobre a qualidade contábil na adoção obrigatória das IFRS em doze bancos europeus, os empréstimos totalizavam cerca de 60% dos ativos dessas instituições, que são avaliados ao custo.

A deterioração do crédito é reconhecida mediante a constituição de provisão, cuja norma trouxe grande impacto nos resultados apresentados pelas instituições da amostra, já que o conceito para provisão em IFRS é de perda incorrida e nos *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAPs) locais era de perda esperada. Os resultados encontrados sugerem que a

abordagem de perda incorrida leva a um reconhecimento tardio dos créditos de liquidação duvidosa, o que poderia resultar em informações menos úteis e transparentes sobre o risco de crédito nas demonstrações contábeis dos bancos. Adiar o reconhecimento em perdas, para períodos em que os fluxos de caixa realizados são reduzidos, pode agravar crises econômicas.

Dentre os pontos levantados por Uema (2010) sobre o processo de transição, destaca-se a necessidade de prazo para adaptação e treinamento. A capacitação dos profissionais que elaboram as demonstrações contábeis é indispensável para a correta aplicação do novo padrão contábil, não podendo ficar restrita à auditoria independente e órgãos fiscalizadores.

Reflexos relacionados à necessidade de adaptação relatada acima são percebidos no estudo realizado por Lucena et al. (2009). A Resolução CMN nº 3.566, de 29 de maio de 2008, determinou que as instituições financeiras observassem o disposto no CPC 01 que trata da redução ao valor recuperável do ativo. Foi analisado o nível de evidenciação de informações sobre *impairment* nos doze maiores bancos no Brasil. Os resultados mostraram insuficiência de informação sobre a aplicação do teste de *impairment* entre os doze bancos analisados. Não houve um nível satisfatório de qualidade, embora tenha se percebido o esforço de alguns bancos em evidenciar o *impairment* nas suas notas explicativas.

Por fim, há que se ressaltar que as normas editadas pelo IASB têm o propósito de gerar informações voltadas primariamente aos investidores, financiadores e outros credores, enquanto a missão do BACEN, como regulador, não necessariamente estará em sinergia com o objetivo do investidor.

Entretanto, vale lembrar também que, segundo Weffort (2005) essa harmonização contábil contrapõe a cultura formalista brasileira, pois se passou a priorizar a essência em detrimento da forma. A harmonização contábil ocorre na prática quando ela se relaciona com a aplicação da norma, e de direito quando as normas internacionais se incorporam à legislação contábil de um país.

Em resumo, no Brasil, a harmonização de direito ocorreu com o advento da Lei nº 11.638/07, e de fato com a obrigatoriedade da utilização das normas. A aderência às normas internacionais traz consigo a expectativa de um aumento no nível de confiança das informações divulgadas, refletindo assim, diretamente na movimentação de recursos no mercado financeiro.

No caso do Brasil, especificamente, é esperado que as novas práticas contábeis provenientes do processo de convergência proporcionem uma maior transparência e qualidade

nas informações contábeis apresentadas pelas entidades, que são fortemente marcadas pela regulamentação de organismos governamentais. (CALIXTO, 2010).

2.2 GESTÃO BASEADA NO VALOR

A gestão baseada em valor é um dos principais tópicos de estudo nas Finanças Corporativas. Segundo Assaf Neto (2010, p. 170) “a gestão baseada no valor vem revelando importantes avanços em sua forma de atuação, saindo de uma postura convencional de busca do lucro e rentabilidade, para um enfoque preferencialmente voltado à riqueza dos acionistas”.

A criação e gerenciamento do valor tornaram-se desafios para as empresas, elas perceberam que é possível criar instrumentos de gestão que monitorem o desempenho financeiro dos negócios com ênfase na maximização da riqueza dos acionistas. (CASELANI; CASELANI, 2006).

A criação de valor advém de uma visão de longo prazo, que considera essencial a sustentabilidade da empresa.

Muitos estudos tem como foco a criação de valor para a empresa e relacionam esse tema com as IFRS.

As IFRS impactariam sobre a geração de valor para os acionistas?

A Fundação IFRS (2011) explica: As normas internacionais (IFRS) têm como premissa refletir o “valor real” dos ativos, passivos e resultados. Aproxima-se o valor contábil do valor econômico.

O valor histórico ou contábil é diferente de valor de mercado, apresentar demonstrações contábeis pelo valor histórico reflete custos, em nenhum momento é considerado o real preço pelo qual compradores e vendedores estariam interessados em negociar estes ativos (ROSS; WESTERFIELD; JAFFE, 2002).

Carvalho (2009) considera o fato de que a transição ao padrão IFRS acaba por afetar a transparência das informações, reduzindo o custo de capital, e agregando valor as empresas.

De acordo com Ball (2006) a transparência das informações permite maior confiança na tomada de decisão por parte do investidor. O conceito está associado ao nível de *disclosure* das informações contábeis, implicando em uma divulgação clara, oportuna e de qualidade.

Estudos como, os de Barth, Landsman e Lang (2008), Daske (2006) e Daske et al. (2008) analisaram as consequências econômicas e os benefícios para o mercado de capitais de vinte e seis países que adotaram obrigatoriamente as normas IFRS. Os resultados

demonstraram que a liquidez e o valor das empresas aumentaram. O custo de capital reduziu-se quando levadas em consideração a transparência e capacidade do mercado de capitais (quanto à exigência do cumprimento das normas).

No Brasil, Vieira (2013) analisou se as IFRS melhoraram a divulgação das informações, reduziram o custo de capital e aumentaram o valor agregado em empresas listadas na BM&FBovespa. A criação de valor foi a única que não se confirmou, entretanto a mesma salientou, que o curto período de análise prejudicou o estudo (três anos antes e depois da adoção das IFRS), acredita-se que para um maior período de análise, evidências de criação de valor serão confirmadas.

Um exemplo na prática da ideologia de criação de valor no Brasil foi quando houve a desistência do banco Itaú em comprar o Banespa. Carvalho (2000) cita, que o motivo da desistência por parte da instituição foi que o negócio não seria vantajoso por conta da redução dos lucros por ação. Neste trecho apresentado por meio de Carvalho, confirma-se a preocupação em manter a lucratividade das ações.

A criação de valor é um tema amplo relacionado à Governança Corporativa. Desde a década de 1930 quando os estudos por volta da governança surgiram, entender a relação entre regras de gestão e a maximização de riquezas fizeram-se presentes. E durante as duas últimas décadas a ideologia da criação de valor para o acionista fortaleceu-se como “princípio” de governança corporativa entre empresas nos Estados Unidos e na Grã Bretanha, mais recentemente na Alemanha, na França, Suécia e Japão. (LAZONICK; O’ SULLIVAN, 2000).

O trabalho considerado como marco inicial da governança corporativa foi o de Berle e Means (1932), que objetivou analisar empiricamente a composição acionária das grandes empresas norte-americanas, e discutir os inevitáveis conflitos de interesse que estruturas de propriedade acarretam para o desempenho e valor das companhias. Então, como ponto de partida para o desenvolvimento e criação de valor para as empresas considera-se o processo de globalização econômica e abertura de mercados, pois possibilita o crescimento do volume de negócios.

Entretanto, para atingir outros mercados existe a necessidade de maior divulgação e manutenção de informações frente aos investidores. Assim, uma das definições da governança corporativa a ser considerada é a qualidade e quantidade de comunicação com os usuários da informação. E qual a importância e impacto desta informação?

Berle e Means (1932) afirmam que o investidor passou a entregar o controle da riqueza a outras pessoas, no caso a direção, porque eles não conseguem arriscar a sua própria

riqueza. Tal fato caracteriza a segregação entre o controle e a propriedade que se constitui nas novas Sociedades Anônimas. E este ambiente propiciou o surgimento da assimetria informacional, sob duas óticas: (i) na relação entre proprietário e direção; (ii) na relação entre acionistas controladores e investidores externos.

A assimetria informacional é a descrição de um fenômeno, segundo o qual alguns agentes econômicos têm mais informações do que outros (BELO; BRASIL, 2006). Ela normalmente é vinculada a Teoria do Agenciamento.

Segundo Kaplan (1982), apud Iudícibus (2010), a Teoria da Agência é um campo de pesquisa vasto e complexo, mas que resumidamente procura colocar o principal (o dono do capital) e o agente (o que gere os recursos em nome e por conta do principal) como os atores mais importantes.

No entanto, estudiosos como Hendriksen e Van Breda (2009), e Bianchi (2005), se complementam afirmando que o nascimento da Teoria da Agência está relacionado com o momento que a empresa, em função do crescimento, acaba por separar a propriedade do controle, ou seja, quando o capitalista deixa de ser o gestor. E logo, os proprietários são ditos avaliadores da informação e seus agentes são tomadores de decisões.

A Teoria da Agência foca-se no risco que o principal e o agente estão submetidos, isto é, o agente pode ter um comportamento oportunista nas suas ações ou omissões, visando aumentar sua própria satisfação, sem pensar no principal. Dessa forma, a teoria sugere mecanismos que asseguram a construção de um contrato. Busca-se eficiência na solução dos problemas derivados da relação entre principal e agente. (MARTINEZ, 1998).

Pesquisas que abordam os principais problemas advindos das relações de agente e principal enfatizam a importância da informação. São por meio da manipulação e ocultamento que se configuram os diferentes níveis de conhecimento e as ações comprometedoras de uma gestão transparente e eficiente. Assim, se afeta os níveis de confiança e comprometimento, emergindo custos de monitoramento que tenderão a enfraquecer o relacionamento entre os pares. (NILSSON, 2001).

Portanto, a assimetria informacional é a falta de acesso as informações por parte do principal em relação as do agente. E também podem ser informações incompletas disponibilizadas pelo agente ao principal. (IUDICIBUS, 2010; NASCIMENTO; REGINATO, 2008).

Nesse contexto, a Contabilidade pode ser utilizada para reduzir esta assimetria da informação, apresentando demonstrações contábeis da situação atual da empresa a seus

acionistas, assim os investidores consultam as informações dos gestores. Neste sentido, infere-se que a Contabilidade é um dos caminhos para a redução da assimetria informacional. (LOPES; MARTINS, 2007).

A uniformização dos padrões contábeis a um nível internacional resulta em uma linguagem contábil que poderá ser interpretada e divulgada por diferentes países, possibilitando assim maior acessibilidade, competitividade e avanço econômico. Desta forma, acredita-se que o padrão IFRS vem ao encontro da geração de valor, com melhora na divulgação das informações, redução do custo de capital e conseqüente acréscimo no valor agregado.

A Contabilidade busca aprimorar o nível de transparência em seus relatórios, para melhor atender os diversos usuários, podendo assim ampliar as possibilidades de negócios. “Informações são relevantes quando podem influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros”. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, CPC 00, 2011, p. 11).

Espera-se que com a adoção das normas internacionais de contabilidade as organizações cresçam em seu valor.

2.3 REGULAÇÃO BANCÁRIA INTERNACIONAL

Os primeiros bancos centrais surgiram por volta dos séculos XVII e XVIII na Europa, entretanto sua responsabilidade se restringia à emissão e controle da circulação da moeda, conversibilidade do ouro e financiamento do Estado. (BORGES, 2010). O sistema financeiro internacional adquiriu maior grau de complexidade quando começou a atuar no controle da liquidez e solidez da economia. Esse fato aconteceu por volta do século XX, e esta responsabilidade foi atribuída aos bancos centrais, que conseqüentemente regulavam as instituições financeiras. (FREITAS, 2005).

No contexto econômico, o abandono do sistema Bretton Woods (fim da convertibilidade dólar-ouro e das taxas de câmbio fixas) gerou uma incerteza financeira na década de 70, e as falências bancárias que se sucederam nos anos de 1974 e 1975 despertaram a preocupação dos países desenvolvidos com as práticas de supervisão da atividade bancária. (FREITAS; PRATES, 2001; PEREIRA, 2006).

Visando controlar o capital das instituições financeiras internacionais contra o risco de uma crise do sistema financeiro internacional, os países do G-10² criaram o Comitê da Basileia, e em 1988 o comitê promulgou o acordo de capital da Basileia. Este definia que os bancos deveriam manter um capital mínimo de 8% em relação a sua cesta total de ativos, ponderado de formas diferentes, de acordo com a suscetibilidade desses ativos ao risco de crédito. (ONO, 2002).

O objetivo do acordo de Basileia é a maior transparência, segurança e estabilidade nas negociações internacionais dos bancos, visando melhores condições para competição independente do país de origem e, ainda, o fortalecimento das instituições bancárias principalmente no que tange à proteção aos depositantes. (COSTA, 2004; PEREIRA, 2006). Esse acordo refletiu na regulação do mercado financeiro, quando se observa o período anterior, onde qualquer princípio regulatório permanecia praticamente invariável. (BOECHAT; BERTOLOSSI, 2001).

As medidas sugeridas, no acordo, foram implantadas nos países membros do comitê em 1992. No Brasil, o reflexo direto do acordo de 1988 se deu com a publicação da Resolução nº 2.099 pelo Banco Central do Brasil, em agosto de 1994. Essa Resolução estabeleceu que as instituições autorizadas a operar no mercado brasileiro deveriam constituir o Patrimônio Líquido Exigido (PLE) em um valor igual à no mínimo 8% de seus ativos ponderados por fatores de risco, idêntico ao preconizado pelo *Bank for International Settlements*³(BIS). Em novembro de 1997 esse índice foi alterado para 11%, por meio da Circular nº 2.784. (FEBRABAN, 2008).

Após as crises ocorridas na Ásia e Rússia (1997 e 1998), o mercado financeiro internacional voltou a se preocupar com riscos que estavam expostos. (MATIAS, 2004; ONO, 2002; STALLINGS; STUART, 2001). Assim, o processo de revisão do acordo de 1988 que já vinha sendo realizado, buscou desenvolver uma nova estrutura para fortalecer o sistema, que evidenciasse maiores controles que apenas a determinação de capital. (FEBRABAN, 2008).

Portanto, em junho de 2004, o BIS, por intermédio do comitê de Basileia, anunciou o novo acordo de capital, Basileia II. Este trabalha os riscos do primeiro acordo, crédito e mercado, e regulamenta o capital para riscos operacionais. (CARVALHO, 2011; FEBRABAN, 2008).

² Os dez países de maior economia global.

³ Banco de compensações internacionais. Organização internacional responsável pela supervisão bancária.

O Basileia II propõe melhores práticas de controle e gestão dos riscos. A estrutura está baseada em três premissas, os pilares que são representados no quadro 1.

Quadro 1 – Resumo premissas do Basileia II

<p>Pilar I - Requisitos mínimos de capital: fortalecimento da estrutura de capitais das instituições, com estímulo à utilização de modelos internos para mensurar riscos; introdução da exigência de capital para cobertura do risco operacional, e aprimoramento da discussão sobre o risco do crédito.</p>
<p>Pilar II - Processo gestor de revisão: reafirma e fortalece os princípios de supervisão bancária, considerando que os supervisores devem avaliar e monitorar as estratégias dos bancos, além de cobrar que operem acima das exigências de capital mínimo, e intervir buscando ações rápidas, em caso de desenquadramento aos limites mínimos. Atribui responsabilidades à alta administração dos bancos pela estratégia de exposição aos riscos e pela compatibilização dos níveis de capital. Enfatiza que os bancos devem possuir volume de capital adequado para suportar todos os riscos envolvidos nos negócios.</p>
<p>Pilar III - Disciplina de mercado: redução da assimetria de informação e favorecimento da disciplina de mercado, por meio da divulgação de um conjunto mínimo de informações, com vistas a aumentar a transparência das instituições. O objetivo deste pilar é complementar os requerimentos mínimos de capital do Pilar I, e o processo de revisão da supervisão do Pilar II. Com o desenvolvimento de regras que estimulem e requeiram maior abertura de informações sobre o perfil de riscos, e nível de capitalização dos bancos, os agentes devem se estimular a exercer a disciplina do mercado bancário. A transparência possibilitará reconhecer e habilitar uma instituição financeira em uma abordagem de mensuração de capital específica. Ao estimular a abertura de informações, o novo acordo procura potencializar o poder de avaliação e atuação dos participantes do mercado.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2014) com base em Ono (2002) e Carvalho (2011).

Com a crise de 2008, foi possível identificar que as medidas para segurança do mercado financeiro não eram suficientes ainda para prevenir as crises, e na busca pela estabilidade o comitê promoveu uma série de reuniões, culminando com uma nova proposta que já foi batizada pelo mercado financeiro como acordo de Basileia III.

O Brasil adquiriu espaço no comitê de supervisão bancária da Basileia em 2009, pós 2008, devido a vários países de diferentes partes do mundo o considerarem como referência de solidez e qualidade na supervisão bancária, principalmente no período de crise. (CARVALHO, 2011).

No terceiro trimestre de 2010, o comitê de supervisão bancária da Basileia divulgou as propostas que foram apresentadas para aprovação na reunião do G-20⁴ em novembro/2010, em Seul. De uma forma simplificada, observa-se que essas novas propostas pretendem aumentar a qualidade do capital das instituições financeiras, e promover a constituição de colchões adicionais de capital para serem usados em momentos de eventuais crises

⁴ Os vinte países de maior economia global.

financeiras. Além dessas medidas, deve ocorrer a introdução de padrões mínimos de controle de liquidez. Conforme divulgado pelo comitê de Basileia, essas propostas estão previstas para serem implantadas de forma gradual de janeiro de 2013 até janeiro de 2019. (CARVALHO, 2011).

2.4 REGULAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL

Assaf Neto (2009) afirma que o Sistema Financeiro Nacional (SFN) pode ser entendido como um conjunto de instituições e instrumentos financeiros que tem como propósito transferir recursos entre agentes econômicos superavitários e deficitários.

Schlottfeldt (2004) assegura que a solidez do sistema financeiro é percebida quando os componentes do sistema além de executar suas funções tradicionais de intermediação financeira, mantém um padrão de confiança aceitável no mercado.

No Brasil, as leis responsáveis por regular os sistema financeiro nacional são: Lei nº 4.357/64, Lei nº 4.380/64, Lei nº 4.595/64, Lei nº 4.728/65 e Lei 6.385/76. O órgão deliberativo máximo do SFN é o Conselho Monetário Nacional, responsável por estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia, e regular às condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras.

Outra figura importante é o Banco Central do Brasil, responsável por manter as reservas internacionais em nível adequado; estimular a formação de poupança; zelar pela estabilidade e promover o aperfeiçoamento contínuo do sistema financeiro. Por sua vez, a Comissão de Valores Mobiliários tem como responsabilidade regular, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do país. Os demais órgãos, entidades e operadores podem ser vistos por meio do quadro 2 que representa a composição do SFN.

Quadro 2 – Composição do Sistema Financeiro Nacional

Órgãos Normativos	Entidades Supervisoras	Operadores			
Conselho Monetário Nacional - CMN	Banco Central do Brasil - BACEN	Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista	Demais instituições financeiras Bancos de Câmbio	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros	
	Comissão de Valores Mobiliários - CVM	Bolsas de mercadorias e futuros	Bolsa de valores		
Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP	Superintendência de Seguros Privados - SUSEP	Resseguradores	Sociedades seguradoras	Sociedades de capitalização	Entidades abertas de previdência complementar
Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)			

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco Central do Brasil (2014).

O mercado financeiro esta sujeito a crises sistêmicas, e por isso existe uma preocupação grande em volta da regulação bancária. (FREIXAS; PARIGI; ROCHET, 2000). Dentre os principais riscos encontrados destacam-se no sistema financeiro os que tangem o crédito e a liquidez. (CAPELLETTO, 2006).

Para minimizar os riscos, foi constituído o acordo de Basileia (relacionado anteriormente junto à regulação bancária internacional), o objetivo desse é fortalecer a solidez e a estabilidade do sistema financeiro por meio de capital mínimo como garantia da solvência. (ALMEIDA 2010). Conforme Banco Central do Brasil (2013),

O Banco Central do Brasil divulgou um conjunto de quatro resoluções e 15 circulares, que implantam no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras. Conhecidas em seu conjunto por Basileia III (BIII), as novas regras buscam aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras de absorver choques, fortalecendo a estabilidade financeira e a promoção do crescimento econômico sustentável. O aumento da quantidade e qualidade do capital regulamentar, mantido por instituições financeiras, visa a reduzir a probabilidade e a severidade de eventuais crises bancárias, e os seus consequentes custos para a economia real.

No Brasil, as Circulares, nº 3.678 de 31 de outubro de 2013 e nº 3.716 de 21 de agosto de 2014, do BACEN, dispõem sobre a gestão de riscos, quanto à apuração do montante dos

ativos ponderados pelo risco, e a apuração do patrimônio de referência, assim como a fórmula do índice de Basiléia.

Em virtude de, o cálculo ser realizado mediante maiores desdobramentos contábeis (particulares de cada instituição), nesta pesquisa, foi efetuada apenas a busca do índice fechado por meio das demonstrações contábeis, e a realização das comparações/evoluções, quando encontrado nos formatos antes e depois da adoção das normas internacionais de contabilidade.

2.5 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS APLICADOS ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Um dos principais elementos para tomada de decisão em uma empresa é a análise de suas demonstrações contábeis. (MATARAZZO, 2008).

A técnica de análise de balanços é amplamente conhecida para empresas comerciais e industriais, dispensando pouca atenção às instituições financeiras. Entender as demonstrações contábeis das instituições financeiras exige um conhecimento específico quanto à dinâmica financeira. (ASSAF NETO, 2012).

A solidez econômico-financeira de uma instituição financeira é determinada por uma estrutura patrimonial equilibrada e pela capacidade de geração de resultados. A qualidade dos ativos e a situação de liquidez são fontes de risco e críticas para a instituição financeira. (RESENDE, 2012).

A análise das demonstrações contábeis busca atender diferentes objetivos em relação aos interesses dos usuários. Quando observadas as instituições financeiras, seus interesses incluem o conhecimento das posições em curtos e longos prazos. A verificação de outros aspectos, como o grau de endividamento, rentabilidade, dentre outros indicadores, são importantes para uma adequada avaliação da situação econômica e financeira da instituição. (ASSAF NETO, 2012).

A metodologia que tem prevalecido em nível internacional para a análise das instituições financeiras é denominada CAMELS, ela é a mais utilizada pelos órgãos de supervisão bancária do mundo, e esta presente em inúmeros trabalhos publicados pelo *Federal Reserve* e Fundo Monetário Internacional. (CAPELETTO, 2006).

A metodologia CAMELS consiste em um sistema técnico que permite a elaboração de um modelo de classificação de risco, consideram-se critérios qualitativos e quantitativos. Ocorre a formação de um *rating* a partir da ponderação de vários indicadores econômico-

financeiros organizados em seis dimensões. Essa metodologia foi introduzida em 1978 pelos órgãos reguladores norte-americanos, sua finalidade consistia em medir a solidez das instituições de crédito comerciais dos Estados Unidos, por intermédio de um conjunto de indicadores de desempenho. (NATILSON; BRUETT, 2001).

As letras que compõe a palavra CAMELS traduzem as iniciais de cada bloco de análise, estes são:

- *Capital adequacy* (adequação de capital);
- *Asset quality* (qualidade dos ativos);
- *Management capability* (capacidade gerencial);
- *Earnings quantity and quality* (resultados);
- *Liquidity* (liquidez) e;
- *Sensitivity to market risk* (sensibilidade ao risco de mercado).

Para Duarte Jr (2005), a técnica CAMELS gera uma escala final de notas capazes de mensurar os riscos de cada instituição financeira, auxiliando os analistas e investidores na gestão.

Esta matriz de pontuação, que possibilita a tomada de decisão pelos gestores é estabelecida em cinco passos: primeiro, escolher os indicadores, segundo, escolher os atributos (péssimo, ruim, bom ou ótimo), terceiro, definir as réguas (escalas de avaliação), quarto, escolher o peso dos atributos, e por último definir os pesos das dimensões. (RESENDE, 2012).

Na sequência são explicitados os componentes que cabem a cada bloco de análise.

Adequação de capital (estrutura patrimonial e de captação): o capital de uma instituição financeira deve refletir a extensão dos riscos aos quais está exposta, assim como estar em conformidade com a capacidade de medir, monitorar e controlar esses riscos. (MIRANDA, 2008).

Para as instituições financeiras, o nível de capital funciona também como um mecanismo de proteção dos depositantes. (CALCADO, 2013).

Os indicadores de independência financeira (patrimônio líquido dividido pelo ativo total da instituição) e imobilização de capital próprio (soma dos ativos permanentes divididos pelo patrimônio líquido) servem para avaliação deste bloco.

Qualidade dos ativos: a insolvência de uma instituição financeira pode estar relacionada à deterioração de ativos, e o ativo mais importante de uma instituição costuma ser a carteira de crédito. (MIRANDA, 2008). Precisa-se gerar receita, o bastante para cobrir as

despesas. Um item que colabora para uma má qualidade de ativos seria o excesso de provisão da carteira.

Para Resende (2012) a situação de insolvência numa instituição financeira pode ter como causa, a irrecuperabilidade de seus ativos. A qualidade dos empréstimos caracteriza a idoneidade creditícia dos bancos. (FANGER, 2006).

Um indicador usado para medir a qualidade dos ativos é a relação das provisões constituídas para as operações de crédito dividido pelo somatório da carteira da instituição.

Capacidade gerencial: a intenção é revelar o nível de competência dos administradores no que compete a gestão de riscos, eficiência operacional, entre outras práticas que assegurem a saúde financeira da instituição. (MIRANDA, 2008).

De acordo com *Federal Reserve*⁵(1996) a forma de medir as boas práticas gerenciais é subjetiva, não existe um cálculo, mas sim, indícios de boa capacidade gerencial, apontados por meio da qualificação das equipes, controles internos adequados, gerenciamento de informações, monitoramento de risco e fiscalização através de auditoria interna.

Fanger (2006), salienta que a otimização dos recursos humanos e tecnológicos é fundamental para maior eficiência bancária.

Resultados (rentabilidade e lucratividade): neste bloco tenta-se avaliar a rentabilidade da instituição e também analisar os fatores que influenciam na sustentabilidade e qualidade destes resultados (MIRANDA, 2008). A rentabilidade pode ser relacionada com ativo, capital e margem líquida. Por meio de indicadores pode-se relacionar: o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) resultado líquido dividido pelo patrimônio líquido; o retorno sobre os ativos totais (ROA) resultado líquido dividido pelo ativo total, e margem líquida (resultado líquido dividido pela receita da intermediação financeira).

Liquidez (solvência): a entidade deve diversificar as fontes de recursos e securitizar ativos quando necessários para manter a liquidez. Uma boa liquidez pode ser visualizada pela habilidade para suprir a necessidade de caixa em situação de crise, sem comprometer sua atividade operacional. A conta que mais interfere na liquidez de uma instituição é o aumento das operações de crédito, e logo a relação entre saques e depósitos. (MIRANDA, 2008).

Para Assaf Neto (2012, p. 303), “uma instituição financeira é considerada solvente quando o valor de seus ativos é superior ao valor dos seus passivos, este excedente define o patrimônio líquido”.

⁵ Banco Central dos Estados Unidos.

Quando o ativo é superior ao passivo considera-se que a instituição financeira tem capacidade de honrar todas suas obrigações, e ainda sobram recursos para os proprietários. (CAPELLETTO, 2006).

De acordo com Fanger (2006) a falta de liquidez é quase sempre a causa imediata de falência bancária, já quando há robustez de liquidez, uma instituição mesmo que fraca consegue se manter em períodos difíceis. Calcular o grau de participação dos empréstimos (operações de crédito dividido pelo ativo total) e encaixe voluntário da instituição (disponibilidade pelo total de depósitos) é considerado uma forma de avaliar a liquidez.

Sensibilidade ao risco de mercado: muitas atividades bancárias são relacionadas com riscos de mercado, como alterações em taxas de juros e taxas de câmbio. (MIRANDA, 2008). Verificar a posição líquida em moeda estrangeira (posições ativas menos passivas em moeda estrangeira dividida pelo patrimônio líquido) é considerado um importante indicador para medir a sensibilidade da instituição.

No Brasil, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) instituiu em 1990 um caderno de estudos que introduziu a análise de instituições financeiras. Este apresentou a metodologia para apreciação das demonstrações contábeis, bem como a utilização de uma planilha contendo oito grupos de indicadores para fins de avaliação. Estes grupos foram: liquidez, estrutura patrimonial, qualidade da carteira de crédito, estrutura de captação, aplicação de recursos de curto e longo prazo, operacionais, participação das principais despesas sobre as receitas operacionais e rentabilidade média.

2.6 SELEÇÃO DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS APLICADOS NA PESQUISA

Com base na leitura das principais bibliografias que consistem no tema indicadores econômico-financeiros, faz-se necessário a seleção dos utilizados na presente pesquisa.

Vale lembrar, que uma boa análise não precisa de inúmeros indicadores, tampouco indicadores complexos, mas sim daqueles que estabelecidos pelo analista são de relevância para a instituição financeira.

Os indicadores econômico-financeiros selecionados, com base na réplica do estudo de Miranda (2008) foram:

Quadro 3 – Indicadores Econômico-Financeiros

Bloco	Indicador	Fórmula	Descrição/Interpretação
Adequação de Capital (estrutura patrimonial e de captação)	Independência Financeira (capitalização)	$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}}$	Índice exprime o amparo que os capitais próprios proporcionam ao conjunto de ativos de um banco. (MIRANDA, 2008).
Adequação de Capital (estrutura patrimonial e de captação)	Empréstimos/Depósitos	$\frac{\text{Carteira de Crédito}}{\text{Depósitos Totais}}$	Este índice indica para cada R\$1,00 captado, quanto foi emprestado. Um incremento sinaliza uma redução na capacidade de atender os eventuais saques. (ASSAF NETO, 2012).
Adequação de Capital (estrutura patrimonial e de captação)	Alavancagem	$\frac{\text{Passivos de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	A maior proporção de fontes de recursos de terceiros em relação às fontes próprias registra maior endividamento, e maior exposição a riscos. (MIRANDA, 2008).
Liquidez (solvência)	Encaixe Voluntário	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Depósitos Totais}}$	O encaixe voluntário identifica a capacidade financeira imediata de um banco cobrir os saques. (ASSAF NETO, 2012).
Liquidez (solvência)	Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades} + \text{Aplicações Interfinanceiras}}{\text{Liquidez Depósitos Totais}}$	Representa os recursos disponíveis para cobrir os saques. (ASSAF NETO, 2012).
Liquidez (solvência)	Participação dos Empréstimos	$\frac{\text{Carteira de Crédito}}{\text{Ativo Total}}$	Revela o percentual do ativo total que se encontra aplicado em operações de crédito. Empréstimos são ativos de baixa liquidez. (ASSAF NETO, 2012).
Resultados (rentabilidade e lucratividade)	Retorno sobre o Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Demonstra o desempenho geral da instituição. Revela o retorno sobre os recursos próprios investidos. (MIRANDA, 2008).

Fonte: Elaborado pela autora com base nas bibliografias (2014).

2.7 ESTUDOS EMPÍRICOS NACIONAIS

Avaliando o contexto nacional, os estudos estão precisamente mais focados em impactos, comparações e nível de aderência da nova normativa contábil. A identificação desses grupos vem ao encontro do estágio de convergência às normas internacionais no Brasil. Observa-se que as empresas vêm enfrentando dificuldades com as alterações dispostas pela legislação e órgãos reguladores.

A maioria dos estudos busca prever, quantificar e explicar as mudanças e possíveis impactos das normas internacionais de contabilidade nas empresas. Nesta pesquisa, o

principal segmento analisado foi o financeiro. Autores nacionais como: Klan (2007), Almeida (2010), Valério (2011), Sterzeck (2011), Sayed (2012), Calcado et al. (2013), Silveira (2014) e Farias et al. (2014) realizaram pesquisas relevantes quanto ao tema.

Objetivando a análise por meio de indicadores, Klan (2007) apresentou um estudo que evidenciou o impacto das diferenças de normas contábeis brasileiras, americanas e internacionais. Foram utilizadas as demonstrações contábeis enviadas à Bolsa de Valores de São Paulo, BOVESPA (atual Bolsa de Valores e Mercados Futuros de São Paulo, BM&FBOVESPA), Brasil, à Bolsa de Valores de Londres, e à *New York Stock Exchange* (NYSE), Bolsa de Valores de Nova Iorque. Os dados foram analisados mediante técnica estatística de regressão e correlação. Observou-se, que os índices calculados sobre as demonstrações contábeis brasileiras formavam agrupamentos de empresas semelhantes ao agrupamento americano, e somente os ingleses possuíam diferenças maiores em relação ao Brasil. Em outras palavras, as diferenças entre as IFRS e os *Generally Accepted Accounting Principles United States* (US GAAP) não apresentaram relação com as diferenças entre os BR GAAP e os US GAAP. Portanto, se confirmou que as divergências entre as normas contábeis internacionais e americanas impactaram nos indicadores de desempenho de maneira mais intensa do que as diferenças entre as normas contábeis brasileiras e americanas.

Observando indicadores prudenciais e de rentabilidade, Almeida (2010) estudou a reclassificação dos ativos financeiros, e os possíveis impactos nestes indicadores de bancos brasileiros. Com foco na introdução da IFRS 9, realizou-se a simulação da reclassificação dos ativos financeiros, da categoria disponível para venda para valor justo, em uma amostra de 38 bancos, comparando o antes e o depois em cada um dos indicadores. Nos resultados apresentados não se verificou alteração significativa no índice de imobilização, mas quanto ao ROA, ROE e índice de Basileia os testes indicaram que há uma variação estatisticamente significativa.

Na sequência reportando indicadores também, Valério (2011) avaliou o impacto da adoção das IFRS em indicadores econômico-financeiros de empresas de transporte aéreo listadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Foram calculados indicadores econômico-financeiros para duas empresas (GOL e TAM) de duas formas distintas: a primeira considerando as demonstrações contábeis publicadas em norma local (BR GAAP) e a segunda com base nas primeiras demonstrações contábeis em IFRS. Acrescentando, foram feitas entrevistas com os gestores responsáveis pela implementação das IFRS nestas empresas. Identificou-se uma variação significativa nos indicadores *earnings before interest, taxes,*

depreciation and amortization (EBITDA) e *economic value added* (EVA). As principais diferenças que afetaram estes indicadores envolvem os aspectos de reconhecimento e mensuração de uma determinada operação, como por exemplo, a contabilização de aeronaves como ativos imobilizados, antes tratados como despesas operacionais. Além disso, constataram-se mudanças significativas em termos estruturais e organizacionais em toda a empresa, envolvendo a necessidade de conhecimento, treinamento e aperfeiçoamento em controles internos, processos e pessoas, uma vez que existe a necessidade de informações mais detalhadas do que as encontradas na norma local.

Outro estudo relacionando instituições financeiras e normas internacionais é quanto ao efeito da convergência sobre o conservadorismo. Sterzeck (2011) analisou o comportamento das instituições financeiras diante das alterações ocorridas no ambiente normativo brasileiro, decorrente do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Analisou-se o grau de conservadorismo utilizando o modelo proposto por Basu (1997) e o método estatístico de dados em painel. As estatísticas das regressões indicaram um impacto maior do retorno negativo no lucro do que o retorno como um todo, de acordo com o modelo utilizado, isso é um indicador de conservadorismo. No entanto, esses coeficientes não se mostraram estatisticamente significativos. Nesse caso, portanto, os resultados indicaram que não é possível inferir que os lucros contábeis das instituições financeiras foram afetados pela nova norma, com relação ao grau de reconhecimento assimétrico das perdas econômicas e, também, que o lucro contábil reflete, de forma oportuna, o resultado econômico.

Buscando responder questionamentos, Sayed (2012) avaliou o uso do valor justo: “Será que a utilização de uma contabilidade plena ao valor justo torna próximo o patrimônio contábil do valor de mercado das entidades?”. “As empresas que se utilizam em maior extensão do valor justo como base de mensuração apresentam patrimônios contábeis próximos ao valor de mercado?”. E segue questionando: “será que os lucros e resultados abrangentes totais contábeis se mensurados completamente aos valores justos seriam significativamente diferentes?”. As respostas são encontradas por meio de testes estatísticos com nível de significância (α) de 5% na amostra de instituições financeiras listadas na BM&FBOVESPA, Bolsa de Valores de Londres (LSE) e Euronext. Após, determinou-se que o uso do valor justo como base de mensuração, aproxima o valor contábil do patrimônio ao seu par de mercado, porém sem torná-lo significativamente próximo. Observa-se que os patrimônios líquidos contábeis e aqueles ajustados ao valor justo para todas as amostras são estatisticamente iguais, e, que os valores de mercado das instituições financeiras analisadas

são significativamente diferentes de seus patrimônios contábeis apurados segundo as IFRS, e também, dos patrimônios líquidos ajustados ao valor justo. Por fim, os resultados confirmaram que o uso do valor justo, plenamente pela contabilidade, não altera significativamente os valores dos lucros líquidos e dos resultados abrangentes das entidades.

Calcado et al. (2013), com o artigo intitulado Indicadores Econômico-Financeiros dos Bancos Brasileiros: Impactos Associados aos Padrões Contábeis do IASB e do BACEN, verificaram a diferença entre os indicadores econômico-financeiros dessas instituições para as demonstrações preparadas nos dois modelos contábeis. A realização dos testes empíricos teve por base as demonstrações contábeis de 2010 e 2011 de dezoito bancos. Foram selecionados indicadores representativos dos blocos de análise da metodologia CAMELS, para os quais foram calculadas as estatísticas descritivas, e aplicados testes de diferenças de médias e de mediana entre os dois padrões. Os resultados apontaram diferenças relevantes em relação aos indicadores de imobilização do capital próprio, qualidade das operações de crédito, margem líquida, nível de encaixe obrigatório e exposição líquida em moeda estrangeira, o que pode ser justificado pelas diferenças de parâmetros entre os dois modelos contábeis. Relaciona-se o reconhecimento e mensuração das operações de arrendamento mercantil, das provisões para perdas, das receitas relacionadas às operações de crédito, dos equivalentes de caixa, e da forma de evidenciação das operações em moedas estrangeiras. Os testes empíricos evidenciaram como a divulgação de uma mesma realidade objetiva pode ser significativamente influenciada, em razão da utilização de modelos contábeis com preceitos de reconhecimento, mensuração e divulgação diferenciados.

Silveira (2014) avaliou se a adoção das normas internacionais de contabilidade resultou na alteração da diversidade dos índices econômico-financeiros de empresas listadas na BOVESPA. Foram utilizadas duas técnicas de análise estatística: variação do coeficiente de variação e o teste de igualdade de médias (ANOVA). Concluiu-se que não foi possível identificar alteração na diversidade dos índices econômico-financeiros das empresas listadas no mercado de capitais do Brasil, antes, durante e após a transição para o IFRS.

Farias et al. (2014) em seu artigo Impactos da Adoção das IFRS nas Demonstrações Consolidadas dos Bancos Listados na BM&FBovespa, investigou o impacto na representação da situação patrimonial, econômica e financeira de 18 bancos listados na BM&FBovespa. Observaram-se diferenças significativas nos indicadores de liquidez e qualidade da carteira de crédito, indicando que as demonstrações contábeis elaboradas em IFRS sinalizam menor liquidez e mais baixa qualidade de carteira de crédito, quando comparadas ao BR GAAP.

Quanto ao patrimônio líquido, verificou-se que as demonstrações contábeis em BR GAAP são mais conservadoras comparadas as em IFRS.

2.8 ESTUDOS EMPÍRICOS INTERNACIONAIS

No que se refere à realização de estudos internacionais, podem ser citados: Ernest & Young (2005), Miranda (2008), Chiqueto (2008), Gebhardt e Novotny-Farkas (2010), Leventis, Dimitropoulos e Anandarajan (2010) e Girbina et al. (2012).

Ernest & Young com o trabalho IFRS – *The Implications for European Banks* (2005), divulgaram as principais normas internacionais de contabilidade que provocaram impactos no patrimônio líquido (PL) de 15 instituições financeiras européias. A IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, causou efeitos combinados de incremento e redução no PL dos bancos. A maioria das elevações se deu pela avaliação a valor justo dos investimentos classificados como “disponíveis para venda”, que antes eram avaliados ao custo histórico. Já as reduções foram provocadas principalmente pelo aumento das provisões para perdas nas operações de crédito (*loan impairment*) e pelo reconhecimento de derivativos como o valor líquido negativo. A IAS 32 ocasionou reduções no PL das instituições financeiras, em decorrências de reclassificações para exigibilidade, de instrumentos financeiros anteriormente classificados no PL como interesses minoritários ou ações preferenciais não patrimoniais. Uma terceira norma que acarretou alterações significativas no PL das instituições analisadas pela Ernest & Young foi a IAS 19 – Benefícios aos Empregados. Essa norma foi responsável por diminuições nos patrimônios líquidos dos bancos europeus devido ao reconhecimento de déficits em fundos de benefícios a empregados.

Miranda (2008) realizou um estudo que visou identificar a ocorrência de mudanças significativas nos indicadores econômico-financeiros de instituições financeiras da União Europeia após adoção das IFRS. Para isso, os indicadores foram calculados individualmente para cada banco com base no balanço em GAAP local e em normas IFRS (os dois cálculos referiram-se ao mesmo exercício social de 2004). Logo, foram realizadas comparações entre os números calculados nos dois métodos, utilizando teste de hipóteses para diferenças de médias (*T-Student*) com o objetivo de testar a hipótese de que a diferença entre as médias dos dois conjuntos de indicadores não era significativa. Como resultado se concluiu que a adoção das normas IFRS mostra-se capaz de provocar mudanças significativas nos indicadores de alguns países. A atual pesquisa replicou o estudo para o Brasil.

Focando especificadamente a IAS de número 39, observa-se que Chiqueto (2008) verificou os impactos na provisão para devedores duvidosos dos bancos europeus listados na Bolsa de Nova Iorque, após a adoção das IFRS. O trabalho trouxe os principais conceitos que envolvem os critérios de mensuração da provisão para devedores duvidosos, e por meio de técnicas estatísticas, a relevância do impacto no saldo de provisão dos bancos europeus em 2005. Concluiu-se, que a adoção das normas internacionais de contabilidade pelos bancos europeus causou impactos insignificantes no saldo de provisão para devedores duvidosos, independente da relativa semelhança conceitual existente entre o modelo britânico e o determinado pela IAS.

Gebhardt e Novotny-Farkas (2010) analisaram as implicações da adoção das IFRS na qualidade dos bancos em doze países da Europa. Investigaram como a aplicação da IAS 39 incorrida em perdas, afeta o principal item de competência operacional (comercial) dos bancos, a perda de crédito à disposição. Além disso, descobriram também que os efeitos da adoção das IFRS são, significativamente, menos pronunciados em regimes de supervisão mais rigorosas e em estruturas de propriedade amplamente mantidas. No último conjunto de análises, confirmaram que os bancos reconhecem créditos de liquidação duvidosa de uma forma menos oportuna, após a adoção das IFRS. Especificamente, usando um teste de persistência do lucro, descobriram que os rendimentos diminuem devido ao aumento nas provisões para perdas com empréstimos não revertidos imediatamente, mas tendem a persistir em períodos futuros. Logo, a abordagem de perda incorrida pode fornecer incentivos para os gestores, principalmente durante tempos de bonança, para adiar o reconhecimento de perda de empréstimo para os períodos em que os fluxos de caixa são reduzidos, permitindo-lhes passar consequências para as gerações subsequentes. Este comportamento pode alimentar ainda mais os lucros bancários e exacerbar as crises econômicas.

Leventis, Dimitropoulos e Anandarajan (2010), analisaram também as provisões para perdas de crédito relacionadas ao gerenciamento de ganhos por bancos da União Européia. O objetivo foi examinar o impacto da implementação das IFRS no uso em perdas de crédito provisionadas para gerenciar ganhos de capital. Utilizaram uma amostra de 91 bancos durante um período de 10 anos (antes e depois da implementação das IFRS). No geral, identificaram que o gerenciamento de resultados (com provisões para perdas com empréstimos) para adotantes precoces ou tardios, é significativamente reduzido após a implementação das IFRS. Do mesmo modo descobriram que, para os bancos de risco, o comportamento de gerenciamento de resultados é mais notável quando comparado com os

bancos de menor risco, mas é significativamente reduzido no período pós IFRS. Em geral, pode-se concluir que a implementação das IFRS na União Européia parece ter melhorado a qualidade do lucro, reduzindo a tendência do gerenciamento de resultados usando as provisões para perdas.

Girbina et al. (2012) estudaram as percepções sobre a preparação dos bancos romenos para implementação das IFRS. O objetivo do estudo foi investigar as percepções dos principais bancos atuantes, sobre os custos e benefícios envolvidos com o uso das IFRS como relatório padrão. Observou-se, que a maioria dos preparadores consideram a aplicação das IFRS positiva no quesito custo-benefício. Entretanto, os mesmos acham a natureza das IFRS complexa e com insuficiente orientação da aplicação, principalmente no que tange a IAS 39, por eles considerada a mais desafiadora. Entre os resultados positivos relacionados no questionário estão: melhor comparabilidade, transparência e confiança para o investidor. Além disso, muitos comentaram que mesmo que não fosse uma exigência da Lei Romena, a adoção ao IFRS seria necessária.

Por ora, não foram encontrados trabalhos no âmbito nacional ou internacional que replicassem o estudo de Miranda (2008) no Brasil. Neste estudo complementou-se a evidência dos impactos das normas internacionais nos indicadores econômico-financeiros de instituições financeiras. O estudo nacional mais próximo foi o de Farias et al. (2014).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos utilizados nesta pesquisa são classificados como empírico-analíticos, o que, segundo Martins (2002, p. 26) “são: técnicas de coleta, tratamento e análise de variáveis”.

Neste capítulo apresentam-se as unidades de análise (amostra), o período, a seleção dos indicadores econômico-financeiros, o método de coleta de dados e sua apresentação, assim como os testes estatísticos aplicados e os seus resultados.

3.1 UNIDADES DE ANÁLISE

De acordo com o Comunicado 14.259 de 10 de março de 2006, do Banco Central do Brasil, a partir do diagnóstico das transformações no cenário econômico mundial, as quais impuseram a necessidade de convergência às normas internacionais de contabilidade, foram editados procedimentos para elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas, em consonância com os pronunciamentos do IASB a partir de 2010.

Segundo Pires et al. (2012), para transição completa ao IFRS, em 2010, as companhias tiveram que republicar as demonstrações contábeis do ano de 2009, mostrando a reconciliação entre os dois métodos (BR GAAP e IFRS).

As unidades de análise neste estudo, trataram-se das vinte e sete instituições financeiras pertencentes à BM&FBovespa no ano de 2009, e a Caixa Econômica Federal (no ano de 2010 as empresas rerepresentaram o ano de 2009, sendo assim, obteve-se as demonstrações contábeis consolidadas em BR GAAP e IFRS referentes o ano de 2009).

A Caixa Econômica Federal participa da amostra em virtude de sua representatividade junto à economia nacional. Trata-se de uma instituição financeira pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, e com capital integralmente da União. De acordo com a Revista Exame 2013, a Caixa Econômica Federal foi considerada o quinto maior banco do Brasil, e uma das poucas instituições financeiras que não possui capital aberto.

Para os *downloads* das demonstrações contábeis adotou-se o seguinte roteiro: acesso à página eletrônica da BM&FBovespa, (<http://www.bmfbovespa.com.br>), seleção de companhias listadas na bolsa, setor de atuação: financeiro e outros, segmento: bancos. Na ausência dos dados neste caminho, foram consultadas as páginas eletrônicas de cada instituição financeira.

Após os *downloads* dos dados contábeis, das vinte e sete instituições financeiras listadas no segmento bancos da BM&FBovespa, identificou-se que constavam empresas que não se enquadravam como instituição financeira, assim como outras não estavam enquadradas na exigibilidade de apresentação de demonstrações contábeis consolidadas em acordo com IFRS.

Sendo assim, após a análise dos relatórios contábeis formou-se três quadros: um com todas as instituições financeiras listadas na BM&FBovespa e Caixa Econômica Federal (quadro 4), outro com a listagem de instituições financeiras que foram julgadas como impróprias para compor a amostra, assim como a justificativa que cabia a cada uma (quadro 5), e o quadro 6 com a listagem das instituições financeiras finais, que fizeram parte da amostra.

Quadro 4 – Listagem das Instituições Financeiras

Descrição da Instituição Financeira		Descrição da Instituição Financeira	
1	Alfa Holdings S.A	15	BCO Mercantil de Investimentos S.A
2	Banestes S.A	16	BCO Mercantil do Brasil S.A
3	BCO ABC Brasil S.A	17	BCO Nordeste do Brasil S.A
4	BCO Alfa de Investimento S.A	18	BCO PAN S.A
5	BCO Amazônia S.A	19	BCO Patagônia S.A
6	BCO Bradesco S.A	20	BCO Pine S.A
7	BCO Brasil S.A	21	BCO Santander (Brasil) S.A
8	BCO BTG Pactual S.A	22	BCO Sofisa S.A
9	BCO Daycoval S.A	23	BRB BCO de Brasília S.A
10	BCO Estado de Sergipe S.A	24	Consórcio ALFA de Administração S.A
11	BCO Estado do Pará S.A	25	ITAÚ Unibanco Holding S.A
12	BCO Estado do Rio Grande do Sul S.A	26	ITAUSA Investimentos ITAU S.A
13	BCO Industrial e Comercial S.A	27	Paraná BCO S.A
14	BCO Indusval S.A	28	Caixa Econômica Federal

Fonte: Elaborado pela autora (2014) com base na BM&FBovespa (2009/2010).

Quadro 5 – Listagem das Instituições Financeiras excluídas da amostra

Exclusões da Amostra		Motivo
1	Alfa Holdings S.A	Não se trata de instituição financeira.
5	BCO Amazônia S.A	Não está enquadrado na exigibilidade de apresentar demonstrações contábeis consolidadas, e em IFRS. *
11	BCO Estado do Pará S.A	Não está enquadrado na exigibilidade de apresentar demonstrações contábeis consolidadas, e em IFRS. *
15	BCO Mercantil de Investimentos S.A	Controlado pelo Banco Mercantil do Brasil S.A.
18	BCO PAN S.A	Envolvido em Fraudes Contábeis.
22	BCO Sofisa S.A	Não rerepresentou dados de 2009.
24	Consórcio ALFA de Administração S.A	Não se trata de instituição financeira.
26	ITAUSA Investimentos ITAU S.A	Não se trata de instituição financeira.

Fonte: Elaborado pela autora (2014) com base na BM&FBovespa (2009/2010).

* as instituições financeiras assim marcadas, descreveram em suas notas explicativas uma referência a IAS 27 Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o SIC 12 Consolidação de Sociedade de Propósito Específico. A abordagem envolveu a conclusão de que as instituições financeiras não possuíam empresas coligadas e controladas ou outros veículos legais que devessem ser consolidados. Dessa forma, as instituições financeiras não estavam enquadradas na exigibilidade de apresentar demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com os padrões internacionais de contabilidade, definidos pelas IFRS, conforme determinam as instruções CVM nº 457/2007 e Circular nº 3.472/2009 do Banco Central do Brasil.

Após as exclusões da Alfa Holding S.A, Bco Amazônia S.A, Bco Estado do Pará S.A, Banco Mercantil de Investimentos S.A, Bco Pan S.A, Bco Sofisa S.A, Consórcio Alfa de Administração S.A, ITAUSA Investimentos ITAU S.A, a listagem de instituições financeiras consideradas para amostra foi desenvolvida. O quadro 6, Listagem das Instituições Financeiras que fizeram parte da amostra, é apresentado na sequência junto da fonte dos dados e do montante somado no balanço patrimonial, nos formatos BR GAAP e IFRS.

Quadro 6 – Listagem das Instituições Financeiras que fizeram parte da amostra

Descrição da Instituição Financeira		Montante Balanço Patrimonial		Fonte dos Dados
		BR GAAP - Consolidado 2009 (Reais Mil)	IFRS - Consolidado 2009 reapresentado em 2010 (Reais Mil)	
1	Banestes S.A	8.944.222	9.217.264	Ambos BM&Fbovespa.
2	BCO ABC Brasil S.A	7.377.224	7.382.652	Ambos BM&Fbovespa.
3	BCO Alfa de Investimento S.A	10.716.404	10.702.676	Ambos BM&Fbovespa.
4	BCO Bradesco S.A	506.223.092	489.683.951	Ambos BM&Fbovespa.
5	BCO Brasil S.A	708.548.843	702.571.987	Ambos BM&Fbovespa.
6	BCO BTG Pactual S.A	21.914.810	21.836.123	BR GAAP: Página Eletrônica da IF. IFRS: BM&Fbovespa.
7	BCO Daycoval S.A	7.060.828	6.355.622	Ambos BM&Fbovespa.
8	BCO Estado de Sergipe S.A	2.262.020	2.276.991	BR GAAP: Página Eletrônica da IF. IFRS: BM&Fbovespa.
9	BCO Estado do Rio Grande do Sul S.A	29.084.137	29.629.947	Ambos BM&Fbovespa.
10	BCO Industrial e Comercial S.A	11.399.660	11.323.251	Ambos BM&Fbovespa.
11	BCO Indusval S.A	2.730.202	2.783.635	Ambos BM&Fbovespa.
12	BCO Mercantil do Brasil S.A	7.861.817	9.403.394	Ambos BM&Fbovespa.
13	BCO Nordeste do Brasil S.A	19.154.466	19.871.991	Ambos Página Eletrônica IF.
14	BCO Patagônia S.A	4.594.527	4.442.229	Ambos BM&Fbovespa.
15	BCO Pine S.A	6.984.014	7.321.263	Ambos BM&Fbovespa.
16	BCO Santander (Brasil) S.A	342.323.741	315.972.576	Ambos BM&Fbovespa.
17	BRB BCO de Brasília S.A	6.612.133	6.554.898	BR GAAP: BM&Fbovespa. IFRS: Página Eletrônica da IF.
18	ITAÚ Unibanco Holding S.A	608.273.230	578.604.000	Ambos BM&Fbovespa.
19	Paraná BCO S.A	2.823.119	2.736.497	BR GAAP: BM&Fbovespa. IFRS: Página Eletrônica da IF.
20	Caixa Econômica Federal	341.834.823	344.603.346	Ambos Página Eletrônica IF.

Fonte: Elaborado pela autora (2014) com base na BM&Fbovespa e páginas eletrônicas das instituições financeiras (2009/2010).

3.2 SELEÇÃO DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Tendo por base, a revisão bibliográfica dos indicadores econômico-financeiros em nível nacional e internacional, foram validados os indicadores selecionados por Miranda (2008) quanto a representatividade no estudo, e julgados relevantes para réplica com base nas demonstrações contábeis das instituições financeiras listadas na BM&FBovespa. Incluiu-se um indicador que não foi calculado na dissertação de Miranda (2008), o retorno sobre o patrimônio líquido, este, representa o bloco de rentabilidade e lucratividade e vem ao encontro da perspectiva de criação de valor com a adoção das IFRS.

Outro estudo consultado foi o de Farias et al. (2014).

Posteriormente os indicadores econômico-financeiros selecionados foram calculados para as demonstrações contábeis em BR GAAP e IFRS. Coube a este capítulo a apresentação das fórmulas e abreviações dos indicadores.

Quadro 7 – Listagem de Indicadores Econômico-Financeiros

Bloco	Indicador	Fórmula	Abreviação
Adequação de Capital (estrutura patrimonial e de captação)	Independência Financeira (capitalização)	Patrimônio Líquido/ Ativo Total	CAP
Adequação de Capital (estrutura patrimonial e de captação)	Empréstimos/Depósitos	Carteira de Crédito/Depósitos Totais	EMPDEP
Adequação de Capital (estrutura patrimonial e de captação)	Alavancagem	Passivo de Terceiros/Patrimônio Líquido	ALAV
Liquidez (solvência)	Encaixe Voluntário	Disponibilidades/ Depósitos à Vista	ENCV
Liquidez (solvência)	Liquidez Imediata	Disponibilidades + Aplicações Interfinanceiras de Liquidez/Depósitos a vista	LIQIME
Liquidez (solvência)	Participação dos Empréstimos	Carteira de Crédito/ Ativo Total	PAREMP
Resultados (rentabilidade e lucratividade)	Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/Patrimônio Líquido	ROE

Fonte: Elaborado pela autora (2014) com base em Assaf Neto (2012).

3.3 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Conforme referenciado anteriormente, na página eletrônica da BM&FBovespa e/ou da própria instituição financeira, realizou-se os *downloads* das demonstrações contábeis consolidadas de cada instituição financeira, no ano de 2009 (BR GAAP) e ano de 2010 (aonde ocorreu a reapresentação dos dados de 2009 em acordo com as normas internacionais de contabilidade).

Após, elaborou-se uma planilha excel com ambos os formatos das demonstrações contábeis (BR GAAP e IFRS) e foi realizado o confronto entre estas, a fim de cruzar as nomenclaturas dos grupos e contas.

Logo é apresentado o esqueleto das demonstrações contábeis nas instituições financeiras antes e depois das IFRS.

Quadro 8 – Esqueleto Contábil BR GAAP e IFRS

BR GAAP		IFRS	
ATIVO TOTAL		ATIVO TOTAL	
1.01	Ativo Circulante	1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.02	Aplicações Financeiras
1.03	Ativo Permanente	1.03	Empréstimos e Recebíveis
		1.04	Tributos Diferidos
		1.05	Outros Ativos
		1.06	Investimentos
		1.07	Imobilizado
		1.08	Intangível
BR GAAP		IFRS	
PASSIVO TOTAL		PASSIVO TOTAL	
2.01	Passivo Circulante	2.01	Passivos Financeiros para Negociação
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	2.04	Provisões
2.05	Patrimônio Líquido	2.05	Passivos Fiscais
		2.06	Outros Passivos
		2.07	Passivos sobre Ativos Não Correntes a Venda e Descontinuados
		2.08	Patrimônio Líquido Consolidado

Fonte: Elaborado pela autora (2014) com base nas Demonstrações Contábeis (2009/2010).

De posse das demonstrações contábeis, foi necessário consultar as notas explicativas de cada instituição financeira, a fim de relacionar os destinos tomados no novo formato, assim como, os reflexos da aplicação das normas internacionais.

Em seguida, calculou-se os sete indicadores econômico-financeiros selecionados, esses foram: capitalização, empréstimo/depósitos, alavancagem, encaixe voluntário, liquidez imediata, participação de empréstimos e retorno sobre o patrimônio líquido. A intenção foi replicar os mesmos indicadores calculados no estudo de Miranda (2008) para instituições financeiras de alguns países da União Europeia. O indicador de retorno sobre o patrimônio líquido não foi calculado no estudo internacional, entretanto para este foi possível mediante uma amostra inferior, composta por treze das vinte instituições financeiras que rerepresentaram o lucro líquido.

De acordo com a Carta Circular 3.435 do Banco Central do Brasil, emitida em 18 de março de 2010, se esclareceu que as instituições financeiras deveriam observar as seguintes datas de abertura:

(i) 1º de janeiro de 2010, para as instituições financeiras que não desenvolverem demonstrações contábeis de forma comparativa,

(ii) 1º de janeiro de 2009, para as instituições financeiras que optarem por fazer apresentação comparativa 2009/2010.

(iii) 1º de janeiro de 2008, para as instituições financeiras que apresentem os anos de 2008, 2009 e 2010.

Das instituições financeiras participantes da base de dados deste estudo, sete delas optaram por rerepresentar somente o balanço patrimonial de 2009 de forma comparativa, não sendo assim, possível a consulta à demonstração de resultado do exercício. As instituições que não participaram do cálculo do retorno sobre o patrimônio líquido foram: Daycoval S.A, Sergipe S.A, Banrisul S.A, Mercantil do Brasil S.A, Brasília S.A, Itaú S.A e Paraná S.A.

Observando as notas explicativas das demonstrações contábeis completas em IFRS do Banrisul S.A (2010), se faz a seguinte leitura: As demonstrações contábeis consolidadas são consideradas para propósito especial, elas foram elaboradas de acordo com o item (i) da Carta Circular nº 3.435, do Banco Central do Brasil, utilizando-se as práticas contábeis indicadas, e considerando 1º de janeiro de 2010 como sendo a data do balanço de abertura, para fins da elaboração das primeiras demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os pronunciamentos do IASB. Estas são consideradas “demonstrações contábeis para propósito especial” porque não atendem a todos os requerimentos constantes do IFRS 1. (BANRISUL S.A, 2010, p. 02).

Na leitura das notas explicativas, observou-se que as instituições financeiras precisaram confrontar inúmeras normativas complementares atendendo as IFRS. Acredita-se

que possivelmente, uma maior aplicação por parte do Banco Central do Brasil das normas internacionais, irá consolidar as linguagens dos relatórios contábeis, favorecendo assim as análises.

3.4 TESTES ESTATÍSTICOS

A econometria é baseada no desenvolvimento de métodos estatísticos para estimar relações, evoluiu-se como uma disciplina separada da estatística matemática, porque esta enfoca problemas inerentes à coleta e à análise de dados econômicos não experimentais. (WOOLDRIDGE, 2006)

Para verificação do impacto no ano de 2009 entre as duas práticas contábeis, BR GAAP e IFRS, foram realizadas análises por meio da comparação das médias de cada um dos indicadores econômico-financeiros calculados em ambos os formatos. Também se realizaram testes estatísticos com a intenção de verificar se as diferenças encontradas eram significativas ou não.

O *software* utilizado foi o BioEstat 5.3, desenvolvido pela Sociedade Civil Mamirauá / MCT – CNPq, e distribuído gratuitamente para os interessados.

Primeiramente, foi verificada a aderência à normalidade com o teste *Shapiro-Wilk*.

Uma das pressuposições dos testes estatísticos paramétricos é quanto a sua distribuição normal, inúmeros testes têm sido descritos para a identificação da normalidade de variáveis, optou-se neste estudo pelo teste de *Shapiro-Wilk* (teste *W*). O teste *W* é obtido dividindo-se o quadrado da combinação linear apropriada dos valores ordenados da amostra, pela variância simétrica estimada. O *software* BioEstat calcula este teste para amostras: $2 < n < 51$. (BIOESTAT, 2007).

Os resultados encontrados pelo teste *W* com nível de decisão $\alpha = 0,05$ sinalizaram que os dados em sua maioria não eram normais. Para expandir a análise também foram considerados resultados entre 0,05 e 0,10.

As hipóteses utilizadas foram:

H0 = os indicadores econômico-financeiros calculados são normalmente distribuídos.

H1 = os indicadores econômico-financeiros calculados não são normalmente distribuídos.

Tabela 1 – Teste de Normalidade para o Bloco de Estrutura Patrimonial e de Captação

Estrutura Patrimonial e Captação	ENCV		LIQIME		PAREMP	
	BR GAAP	IFRS	BR GAAP	IFRS	BR GAAP	IFRS
Resultados	- 1 -	- 2 -	- 3 -	- 4 -	- 5 -	- 6 -
Tamanho da amostra =	20	20	20	20	20	20
Média =	0,3094	0,3060	1,6897	1,4548	0,4490	0,4981
Desvio padrão =	0,2925	0,2938	1,2941	1,1215	0,1627	0,1655
W =	0,8660	0,8636	0,8332	0,8738	0,9063	0,9210
p =	0,0100	0,0099	0,0096	0,0136	0,0545	0,1100
Hipótese aceita	H1	H1	H1	H1	H0	H1

Fonte: Extraído do *software* BioEstat (2014).

Tabela 2 – Teste de Normalidade para o Bloco de Solvência

Solvência	EMPDEP		ALAV		CAP	
	BR GAAP	IFRS	BR GAAP	IFRS	BR GAAP	IFRS
Resultados	- 7 -	- 8 -	- 9 -	- 10 -	- 11 -	- 12 -
Tamanho da amostra =	20	20	20	20	20	20
Média =	1,0080	1,0631	9,2578	8,8179	0,1264	0,1323
Desvio padrão =	0,4800	0,5101	5,6017	5,2310	0,0667	0,0703
W =	0,9156	0,9505	0,8984	0,8987	0,9193	0,9115
p =	0,0853	0,4131	0,0405	0,0410	0,0978	0,0716
Hipótese aceita	H0	H1	H1	H1	H0	H0

Fonte: Extraído do *software* BioEstat (2014).

Tabela 3 – Teste de Normalidade para o Bloco de Rentabilidade e Lucratividade

Rentabilidade e Lucratividade	ROE	
	BR GAAP	IFRS
Resultados	- 13 -	- 14 -
Tamanho da amostra =	13	13
Média =	0,1659	0,1560
Desvio padrão =	0,0847	0,0785
W =	0,9205	0,9552
p =	0,3248	0,6409
Hipótese aceita	H0	H0

Fonte: Extraído do *software* BioEstat (2014).

De posse dos dados retornados pelo *software* BioEstat, considerou-se que os dados em sua maioria não se tratavam de normais, 42,86% aceitou H0 (são normais) e 57,14% rejeitou H0 (não são normais).

Posteriormente, considerando a maior aceitação da hipótese 1 (um), aonde os dados não são normalmente distribuídos, optou-se por um teste não paramétrico.

O teste *Mann Whitney* é uma prova não-paramétrica destinada a comparar duas amostras independentes do mesmo tamanho ou desiguais, cujos escores tenham sido mensurados pelo menos a nível ordinal. (BIOESTAT, 2007)

Os resultados encontrados pelo teste *Mann Whitney* com nível de decisão alfa = 0,05 sinalizaram que não há diferença significativa entre os indicadores calculados em BR GAAP e IFRS.

Para expandir a análise, também foram considerados resultados entre 0,05 e 0,10, entretanto manteve-se a afirmação anterior, não foi possível identificar diferenças significativas.

As hipóteses utilizadas foram:

H0 = não há diferença significativa entre os indicadores econômico-financeiros calculados em BR GAAP e IFRS.

H1 = há diferença significativa entre os indicadores econômico-financeiros calculados em BR GAAP e IFRS.

Tabela 4 – Teste de Diferença entre Duas Amostras Independentes para o Bloco de Estrutura Patrimonial e de Captação

Estrutura Patrimonial e Captação	ENCV		LIQIME		PAREMP	
	BR GAAP	IFRS	BR GAAP	IFRS	BR GAAP	IFRS
Resultado	- 1 -	- 2 -	- 3 -	- 4 -	- 5 -	- 6 -
Tamanho da amostra	20	20	20	20	20	20
Soma dos Postos (Ri)	407	413	443,5	376,5	355	465
Mediana =	0,17	0,17	1,02	0,9	0,44	0,51
U =	197		166,5		145	
Z(U) =	0,0812		0,9062		1,4878	
p-valor (unilateral) =	0,4677		0,1824		0,0684	
p-valor (bilateral) =	0,9353		0,3648		0,1368	
Hipótese aceita	H0		H0		H0	

Fonte: Extraído do *software* BioEstat (2014).

Tabela 5 – Teste de Diferença entre Duas Amostras Independentes para o Bloco de Solvência

Solvência	EMPDEP		ALAV		CAP	
	BR GAAP	IFRS	BR GAAP	IFRS	BR GAAP	IFRS
Resultado	- 7 -	- 8 -	- 9 -	- 10 -	- 11 -	- 12 -
Tamanho da amostra	20	20	20	20	20	20
Soma dos Postos (Ri)	401	419	417	403	403	417
Mediana =	0,98	0,94	7,89	8,1	0,11	0,11
U =	191		193		193	
Z(U) =	0,2435		0,1894		0,1894	
p-valor (unilateral) =	0,4038		0,4249		0,4249	
p-valor (bilateral) =	0,8077		0,8498		0,8498	
Hipótese aceita	H0		H0		H0	

Fonte: Extraído do *software* BioEstat (2014).

Tabela 6 – Teste de Diferença entre Duas Amostras Independentes para o Bloco de Rentabilidade e Lucratividade

Rentabilidade e Lucratividade	ROE	
	BR GAAP	IFRS
Resultado	- 13 -	- 14 -
Tamanho da amostra	13	13
Soma dos Postos (Ri)	187	164
Mediana =	0,19	0,14
U =	73	
Z(U) =	0,5897	
p-valor (unilateral) =	0,2777	
p-valor (bilateral) =	0,5554	
Hipótese aceita	H0	

Fonte: Extraído do *software* BioEstat (2014).

Os resultados retornados pelo *software* BioEstat demonstraram que em todos os indicadores econômico-financeiros o H0 foi aceito, isso significa que não há diferença estatisticamente significativa entre as médias dos indicadores econômico-financeiros calculados em BR GAAP e IFRS.

Logo foi desenvolvida a tabela 7, com propósito de observar a variação entre as médias dos indicadores econômico-financeiros. Apesar do teste de médias não ter apresentado diferenças significativas, a tabela 7 nos transmite informações como: o maior crescimento em média para o IFRS, que ocorreu no indicador EMPDEP, seguido do PAREMP; e o maior decréscimo para o IFRS, que aconteceu no indicador ALAV, seguido de LIQIME. No

próximo capítulo, de número 4, foi realizada a abertura dos indicadores econômico-financeiros por instituição financeira, a fim de identificar possíveis tendências que possam complementar as análises dos dados.

Tabela 7 – Variação das médias dos Indicadores Econômico-Financeiros

Indicador	Média BR GAAP	Média IFRS	Variação para IFRS	
EMPDEP	1,0080	1,0631	0,0551	B<I
ALAV	9,2578	8,8179	-0,4399	B>I
CAP	0,1264	0,1323	0,0059	B<I
ENCV	0,3095	0,3060	-0,0035	B>I
LIQIME	1,6897	1,4547	-0,2350	B>I
PAREMP	0,4490	0,4981	0,0491	B<I
ROE	0,1659	0,1560	-0,0099	B>I

Fonte: Elaborado pela autora com base no *software* BioEstat (2014).

Em acordo com a regulação bancária nacional, apresentada no referencial teórico deste estudo, um indicador importante, que mede o capital mínimo para garantia da solvência das instituições financeiras, é o índice de Basileia. Os testes não foram aplicados para este indicador porque não foi localizado no formato IFRS para o ano de 2009.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Conforme a definição no capítulo anterior, a análise dos dados foi realizada por meio de técnica estatística. O teste de *Shapiro-Wilk* foi aplicado para verificação da aderência à normalidade, e o teste *Mann-Whitney* para avaliação das diferenças das médias (alternativa não paramétrica). As análises são apresentadas na continuação com objetivo de explicar os impactos da adoção das IFRS nos indicadores econômico-financeiros de instituições financeiras brasileiras.

De acordo com as demonstrações contábeis das instituições financeiras, participantes deste estudo, se identifica por meio das notas explicativas as normas contábeis que afetaram cada uma das contas, logo refletindo nos indicadores econômico-financeiros.

Para a maioria das instituições financeiras o ano de 2010 foi o primeiro de acordo com o método IFRS. A aplicação da IFRS 1 de forma comparativa na preparação do balanço de abertura em 01/01/2009 (data considerada a de transição para as IFRS) tornou possível à análise das demonstrações contábeis do exercício de 2009 em BR GAAP e IFRS.

É importante ressaltar que a IFRS 1 tem como objetivo assegurar que as primeiras demonstrações contábeis de acordo com o novo método, contenham informações de qualidade.

Os relatórios contábeis precisam ser transparentes e comparáveis em todos os períodos apresentados, necessitam fornecer um ponto de partida adequado para o novo modelo de contabilização, e devem ser gerados a custos que não excedam os benefícios. (IFRS 1, 2011).

O IFRS requer que a instituição financeira (entidade) elabore as demonstrações contábeis com pontos de partida que:

- (i) mostre o reconhecimento requerido pelas IFRSs de todos os ativos e passivos;
- (ii) aponte o não reconhecimento de itens como ativos ou passivos, se as IFRSs não permitirem esse reconhecimento;
- (iii) apresente a reclassificação de itens, que reconheceu conforme os Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos (PCGAs) anteriores como um tipo de ativo, passivo ou componente do patrimônio líquido, mas que são um tipo diferente de ativo, passivo ou componente do patrimônio líquido, de acordo com as IFRSs; e
- (iv) aplique as IFRSs ao mensurar todos os ativos e passivos reconhecidos.

Observando as notas explicativas das instituições financeiras, se valida as isenções que a IFRS 1 garante “ isenções limitadas desses requisitos em áreas específicas em que o custo de cumprimento provavelmente excedesse os benefícios aos usuários de demonstrações

contábeis”. A IFRS também proíbe a aplicação retrospectiva das IFRSs em algumas áreas, particularmente onde exige julgamentos da administração sobre as condições passadas, após o resultado ter sido reconhecido.

A IFRS requer divulgações que expliquem a transição entre os métodos de contabilização, assim como os reflexos na posição financeira, desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. No presente estudo verificou-se que as instituições financeiras fizeram o uso da subjetividade que a nova normativa proporciona, esperavam-se notas explicativas mais esclarecedoras quanto às interpretações das IFRSs.

Os sete indicadores econômico-financeiros calculados neste estudo, são distribuídos em três blocos: adequação de capital (estrutura patrimonial e de captação), liquidez (solvência), e resultados (rentabilidade e lucratividade).

Cada bloco fornece uma visão específica da situação econômico-financeira das instituições financeiras, sendo assim os resultados da pesquisa são apresentados de forma segmentada.

4.1 ADEQUAÇÃO DE CAPITAL (ESTRUTURA PATRIMONIAL E CAPTAÇÃO)

Tabela 8 – Indicadores de Empréstimos/Depósitos (EMPDEP), Alavancagem (ALAV) e Capitalização (CAP)

Estrutura Patrimonial e Captação									
Instituições Financeiras	Indicador - Modelo Contábil		Variação para IFRS	Indicador - Modelo Contábil		Variação para IFRS	Indicador - Modelo Contábil		Variação para IFRS
	EMPDEP			ALAV			CAP		
	BR GAAP	IFRS		BR GAAP	IFRS		BR GAAP	IFRS	
1	0,6902	0,6544	-0,0359	12,4477	12,0521	-0,3955	0,0744	0,0766	0,0023
2	2,4366	2,4219	-0,0146	5,0546	4,8789	-0,1758	0,1652	0,1701	0,0049
3	0,9315	0,5948	-0,3367	9,9293	8,8245	-1,1048	0,0915	0,1018	0,0103
4	0,6963	0,8860	0,1897	11,1240	9,9680	-1,1560	0,0825	0,0912	0,0087
5	1,0120	0,8744	-0,1377	18,6169	16,3383	-2,2786	0,0510	0,0577	0,0067
6	0,2102	0,2483	0,0381	5,7544	5,8483	0,0939	0,1481	0,1460	-0,0020
7	1,4548	1,6074	0,1526	3,1713	2,6975	-0,4738	0,2397	0,2705	0,0307
8	0,3914	0,3979	0,0065	14,2293	11,3357	-2,8935	0,0657	0,0811	0,0154
9	0,8337	0,8505	0,0168	7,5329	7,3860	-0,1470	0,1172	0,1192	0,0021
10	1,6159	1,6895	0,0736	5,4535	5,3474	-0,1061	0,1550	0,1575	0,0026
11	1,2442	0,9846	-0,2596	5,3098	5,1560	-0,1538	0,1585	0,1624	0,0040
12	1,0682	1,2508	0,1826	13,3978	20,1401	6,7423	0,0695	0,0473	-0,0222

13	0,9533	1,4592	0,5060	8,2412	7,6805	-0,5607	0,1082	0,1152	0,0070
14	0,6977	0,7814	0,0837	4,4227	4,0682	-0,3545	0,1844	0,1973	0,0129
15	1,1554	1,4361	0,2807	7,4633	8,5135	1,0502	0,1182	0,1051	-0,0130
16	1,0741	0,8929	-0,1812	4,3079	3,5617	-0,7463	0,1884	0,2192	0,0308
17	0,6587	0,6104	-0,0483	10,3731	11,2235	0,8504	0,0879	0,0818	-0,0061
18	1,1632	1,1788	0,0156	11,0014	8,7936	-2,2079	0,0833	0,1021	0,0188
19	1,2332	1,4340	0,2008	2,3182	2,3750	0,0569	0,3014	0,2963	-0,0051
20	0,6398	1,0085	0,3687	25,0071	20,1700	-4,8372	0,0385	0,0472	0,0088
Média	1,0080	1,0631	0,0551	9,2578	8,8179	-0,4399	0,1264	0,1323	0,0059

Fonte: Desenvolvido pela autora com base no *software* BioEstat (2014).

Tabela 9 – Impactos da Adoção das IFRS sobre os indicadores EMPDEP, ALAV e CAP de Instituições Financeiras.

Indicador	Número de observações	Média BR GAAP	Média IFRS	Resultado Teste U	P-valor bilateral	Varição para IFRS	Diferença significativa
EMPDEP	20	1,0080	1,0631	191	0,8077	B<IFRS	Não
ALAV	20	9,2578	8,8179	193	0,8498	B>IFRS	Não
CAP	20	0,1264	0,1323	193	0,8498	B<IFRS	Não

Fonte: Elaborado pela autora com base no *software* BioEstat (2014).

Os indicadores de estrutura patrimonial e de captação demonstraram as origens da sustentação da instituição financeira. De forma geral, quanto maior for o uso de capital de terceiros, maior a incerteza em relação aos resultados esperados, entretanto grande participação de recursos próprios não necessariamente refletirá uma situação favorável (ASSAF NETO, 2010; MIRANDA, 2008). No caso de instituições financeiras, o nível de capital funciona como um mecanismo de proteção aos depositantes.

As contas relacionadas nos indicadores de adequação de capital são: carteira de crédito, depósitos totais, patrimônio líquido, ativo total e passivos de terceiros.

Os três indicadores, empréstimos/depósitos, alavancagem e capitalização não apresentaram diferenças significativas, ao nível de confiança de entre 90 e 95%. No estudo de Farias et al. (2014), observou-se resultados diferentes para os indicadores de alavancagem e capitalização, assim como no estudo de Miranda (2008), entretanto salienta-se que para Miranda (2008) não foram em todos os países que as diferenças foram relevantes.

O indicador alavancagem mede a proporção do uso de recursos de terceiros, em média as instituições financeiras utilizam 9,3 vezes mais recursos de terceiros que recursos próprios para alavancar seus negócios, segundo as demonstrações contábeis em BR GAAP. Já de acordo com o padrão internacional, as instituições financeiras utilizam 8,8 vezes mais recursos de terceiros,

evidenciando uma alavancagem média menor em IFRS do que em BR GAAP. Essas diferenças foram motivadas, principalmente, pela mensuração a valor justo das operações de crédito e dos derivativos e pela menor provisão para créditos de liquidação duvidosa, efetuada nas demonstrações em IFRS.

Em relação ao indicador capitalização (CAP) também conhecido como independência financeira, às estatísticas descritivas demonstram que, a utilização dos padrões estabelecidos pelo IASB resulta em maior proporção do patrimônio líquido em relação aos ativos totais.

O índice capitalização representa a parcela do ativo total coberta pelos recursos próprios da empresa. Em média, as instituições financeiras apresentam índice capitalização 0,1264, tomando-se por base as demonstrações contábeis em BR GAAP, e 0,1323, considerando-se as demonstrações contábeis em IFRS. Isso indica que o patrimônio líquido dessas instituições financeiras cobrem em média 13% dos seus ativos (considerando padrão brasileiro e/ou IFRS), mas que, com a adoção das IFRS é possível visualizar um percentual superior em 0,59%. As principais causas das diferenças no PL são:

- (i) BR GAAP excluía a participação dos acionistas controladores, no IFRS considera-se;
- (ii) ajuste ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos (carteira de crédito);
- (iii) ajuste ao valor justo de ativos financeiros constantes da carteira de fundos de investimentos exclusivos consolidados;
- (iv) ajuste a valor justo dos ativos financeiros – títulos de patrimônio;
- (v) constituição de crédito tributário sobre diferença de alíquota; e
- (vi) imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste de IFRS.

Para o indicador empréstimos/depósitos os resultados confirmam os resultados dos estudos de Miranda (2008) e Farias et al. (2014).

4.2 LIQUIDEZ (SOLVÊNCIA)

Tabela 10 – Indicadores de Encaixe Voluntário (ENCV), Liquidez Imediata (LIQIME) e Participação dos Empréstimos (PAREMP).

Solvência									
Instituições Financeiras	Indicador - Modelo Contábil		Variação para IFRS	Indicador - Modelo Contábil		Variação para IFRS	Indicador - Modelo Contábil		Variação para IFRS
	ENCV			LIQIME			PAREMP		
	BR GAAP	IFRS		BR GAAP	IFRS		BR GAAP	IFRS	
1	0,5242	0,5242	0,0000	3,4087	3,4087	0,0000	0,3870	0,3550	-0,0319
2	0,2827	0,2827	0,0000	3,2975	3,0182	-0,2793	0,7757	0,7740	-0,0017
3	0,0031	0,0034	0,0003	0,0961	0,0433	-0,0528	0,3996	0,4342	0,0346

4	0,7182	0,7264	0,0081	2,9065	3,1359	0,2294	0,4287	0,5248	0,0960
5	0,5690	0,5311	-0,0378	3,5104	2,6582	-0,8522	0,3695	0,4071	0,0376
6	0,0160	0,0154	-0,0006	3,0591	3,0299	-0,0293	0,0626	0,0548	-0,0077
7	0,4890	0,4952	0,0063	0,9137	0,8867	-0,0270	0,4908	0,5948	0,1040
8	0,1336	0,1569	0,0233	0,6894	0,6998	0,0105	0,3280	0,3313	0,0033
9	0,8382	0,8382	0,0000	3,3882	2,4930	-0,8952	0,4692	0,4699	0,0006
10	0,9262	0,9306	0,0043	3,8032	2,1800	-1,6232	0,8238	0,8748	0,0510
11	0,1489	0,1474	-0,0016	0,8674	0,6100	-0,2574	0,5754	0,5817	0,0063
12	0,0502	0,0532	0,0030	0,7270	0,7300	0,0030	0,5794	0,5673	-0,0122
13	0,5971	0,5971	0,0000	1,7067	1,2708	-0,4359	0,3373	0,4978	0,1604
14	0,2400	0,2213	-0,0187	0,7610	0,3516	-0,4094	0,4729	0,5478	0,0749
15	0,0496	0,0456	-0,0040	1,0623	0,9037	-0,1586	0,4605	0,5673	0,1068
16	0,1248	0,0714	-0,0534	1,0930	0,6460	-0,4470	0,3560	0,4816	0,1255
17	0,0197	0,0202	0,0005	0,4485	0,4558	0,0073	0,4909	0,4574	-0,0336
18	0,1282	0,1287	0,0004	0,8579	1,5422	0,6843	0,3648	0,3886	0,0238
19	0,1736	0,1735	-0,0001	0,2216	0,2203	-0,0013	0,4700	0,5225	0,0526
20	0,1566	0,1571	0,0005	0,9757	0,8109	-0,1648	0,3379	0,5292	0,1913
Média	0,3095	0,3060	-0,0035	1,6897	1,4547	-0,2350	0,4490	0,4981	0,0491

Fonte: Elaborado pela autora com base no *software* BioEstat (2014).

Tabela 11 – Impactos da Adoção das IFRS sobre os Indicadores de ENCV, LIQIME e PAREMP de Instituições Financeiras.

Indicador	Número de observações	Média BR GAAP	Média IFRS	Resultado Teste U	P-valor bilateral	Varição para IFRS	Diferença significativa
ENCV	20	0,3095	0,3060	197	0,9353	B>IFRS	Não
LIQIME	20	1,6897	1,4547	166,5	0,3648	B>IFRS	Não
PAREMP	20	0,4490	0,4981	145	0,1368	B<IFRS	Não

Fonte: Elaborado pela autora com base no *software* BioEstat (2014).

Os indicadores de liquidez têm como função revelar a habilidade da instituição financeira em gerar caixa, de maneira a atender adequadamente as suas obrigações financeiras.

Quando observados os valores reais das contas relacionadas nestes indicadores é possível visualizar as normas que os alteraram. As contas relacionadas são: disponibilidades, aplicações financeiras, carteira de crédito, ativo total e depósitos.

A variação nos resultados dos indicadores de encaixe voluntário (ENCV) e liquidez imediata (LIQIME) deram-se em virtude da classificação de equivalente de caixa e bases de consolidação. No padrão IFRS, as operações compromissadas e aplicações interfinanceiras de

liquidez são consideradas equivalentes de caixa. Para que uma aplicação seja qualificada como equivalente de caixa, de acordo com a IAS 7, o valor deve ser prontamente conversível em caixa e apresentar risco insignificante de mudança de valor justo. Além disso, o recurso deve respeitar um vencimento menor ou igual há três meses, a partir da data de aquisição. As médias são estatisticamente maiores no modelo BR GAAP.

A variação do indicador de ENCV não representou diferença estatisticamente significativa, assim como nos estudos de Miranda (2008) e Farias et al. (2014).

O resultado do indicador LIQIME foi contrário ao encontrado no estudo de Miranda (2008), que demonstrou uma mudança estatisticamente significativa tanto para instituições financeiras da Espanha, Reino Unido e França. Comparando com estudo de Farias et al. (2014) o presente estudo confirma a inexistência de diferenças significativas

As estatísticas descritivas revelam também que o indicador de participação dos empréstimos (PAREMP) é menor no modelo BR GAAP quando comparado com o padrão IFRS. Isso quer dizer que a utilização do modelo do IASB implicou em maior participação das operações de crédito sobre o ativo da instituição. Esta situação fundamenta-se, principalmente, por meio das provisões para as operações de crédito, que no modelo IFRS foram inferiores àquelas constituídas segundo os parâmetros do BR GAAP. Os testes de diferenças de médias indicam que as diferenças apresentadas não são estatisticamente relevantes, assim como no estudo de Miranda (2008), entretanto não se confirma no estudo de Farias et al. (2014).

Nas notas explicativas das demonstrações contábeis em IFRS (2010) do Bradesco S/A, elenca-se as principais mudanças entre o BR GAAP e o IFRS, para assim subsidiar o entendimento dos impactos sofridos nos indicadores econômico-financeiros citados.

Consolidação, nas reconciliações apresentadas pelas instituições financeiras é demonstrada a nova base de consolidação, que interfere positivamente ou negativamente no saldo inicial. Em BR GAAP normalmente as participações entre 20% e 50% em empresas de controle compartilhado são consolidadas de modo proporcional nas demonstrações contábeis, e os fundos de investimentos exclusivos não são consolidados atendendo a determinações do Banco Central do Brasil. No IFRS, as participações em empresas coligadas, nas quais a instituição financeira possui influência significativa, foram tratadas pelo método de equivalência e, dessa forma, estes investimentos não foram considerados na consolidação das demonstrações contábeis e os fundos de investimento exclusivos foram consolidados. (BRADESCO S/A, 2010, p. 137).

A carteira de crédito sofre os impactos referentes a IAS 32 e 39, estas relacionam:

O diferimento de taxas de serviços financeiros e custos diretos, em BR GAAP, a instituição financeira reconhece para ativos financeiros (carteira de crédito), a taxa cobrada por serviços financeiros, bem como a parcela dos custos diretos relacionados no resultado (no momento da originação desses ativos financeiros). Os custos diretos relacionados às comissões pagas a lojistas e revendedores são registrados como despesas antecipadas e são reconhecidos no resultado conforme o prazo dos respectivos contratos. No IFRS, as taxas de serviços financeiros, bem como os custos diretos relacionados à originação destes ativos financeiros, são diferidas e reconhecidas como ajuste à taxa de juros efetiva. Os custos diretos relacionados às comissões pagas aos lojistas e revendedores fazem parte da taxa efetiva de juros e são registrados nas contas de empréstimos e adiantamentos a clientes (carteira de crédito). (BRADESCO S/A, 2010, p. 140)

A perda por redução ao valor recuperável, em BR GAAP, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização das operações de crédito, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/99, na qual se apresentam determinados parâmetros regulamentares. Já em IFRS, a provisão para perdas sobre crédito foi estabelecida com base no histórico de perdas e outras informações conhecidas por ocasião da avaliação. Em cada data de balanço, a instituição financeira avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo, por meio do resultado, estão sofrendo a perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, e que a perda provoque um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou de grupos de ativos financeiros, que podem ser estimados de modo confiável. (BRADESCO S/A, 2010, p. 19).

As instituições financeiras trabalham com o conceito de perda esperada e não incorrida. Este novo entendimento pode gerar em longo prazo surpresas para as instituições financeiras, lucros excedentes em uma data, com prejuízo significativo em outra.

A redução das provisões para créditos de liquidação duvidosa e inclusão do ajuste da taxa efetiva de juros aumentou a representatividade da carteira de crédito perante o ativo total de 45% em BR GAAP para 50% em IFRS, entretanto estatisticamente não se confirmou a significância desta variação.

4.3 RESULTADOS (RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE)

Tabela 12 – Indicador de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)

Rentabilidade e Lucratividade			
Instituições Financeiras	Indicador - Modelo Contábil		Variação para IFRS
	ROE		
	BR GAAP	IFRS	
1	0,1992	0,2110	0,0118
2	0,1241	0,1214	-0,0026
3	0,0783	0,0684	-0,0099
4	0,1919	0,1859	-0,0060
5	0,2809	0,3326	0,0517
6	0,2499	0,1228	-0,1271
10	0,1801	0,1191	-0,0610
11	0,0295	0,0447	0,0151
13	0,2215	0,1391	-0,0824
14	0,2421	0,2440	0,0019
15	0,1031	0,1722	0,0691
16	0,0280	0,0795	0,0515
20	0,2282	0,1873	-0,0409
Média	0,1659	0,1560	-0,0099

Fonte: Elaborado pela autora com base no *software* BioEstat (2014).

Tabela 13 – Impactos da adoção das IFRS sobre o indicador ROE de Instituições Financeiras

Indicador	Número de observações	Média BR GAAP	Média IFRS	Resultado Teste U	P-valor bilateral	Variação para IFRS	Diferença significativa
ROE	13	0,1659	0,1560	73	0,5554	B>IFRS	Não

Fonte: Elaborado pela autora com base no *software* BioEstat (2014).

Um indicador de rentabilidade busca evidenciar o retorno financeiro que as atividades da empresa proporcionam. A criação de valor para os negócios muito interessa aos investidores/acionistas, e indicadores de rentabilidade proporcionam descobertas relacionadas ao assunto.

Neste estudo foi selecionado o indicador retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), a composição da amostra foi reduzida comparada com os demais indicadores econômico-financeiros. Neste, o número de observações foram treze, pois conforme relacionado anteriormente, sete das instituições financeiras não rerepresentaram o lucro líquido de 2009, impossibilitando o cálculo.

No modelo BR GAAP o retorno sobre o patrimônio líquido em sete das treze instituições financeiras foi maior em relação ao modelo IFRS. O exame analítico dos saldos contábeis revela que o ajuste a valor justo dos ativos financeiros foi o item mais expressivo a implicar em aumento do patrimônio líquido no modelo IFRS. Outro ajuste que refletiu em um patrimônio líquido maior nas demonstrações em IFRS está relacionado à participação dos acionistas não controladores. O teste de diferença de médias não apontou diferença estatisticamente significativa entre os dois padrões contábeis, assim como no estudo de Farias et al. (2014).

Posteriormente, foi desenvolvida a tabela 14, a mesma objetivou uma análise de possíveis tendências nos indicadores econômico-financeiros.

Tabela 14 – Variações e Tendências

Indicador	EMPDEP		ALAV		CAP		ENCV	
Variação IFRS - BR GAAP	Nº de IF's	% Ifs em relação ao total	Nº de IF's	% Ifs em relação ao total	Nº de IF's	% Ifs em relação ao total	Nº de IF's	% Ifs em relação ao total
IFRS > BR GAAP	13	65	5	25	15	75	9	45
IFRS < BR GAAP	7	35	15	75	5	25	7	35
IFRS = BR GAAP	0	0	0	0	0	0	4	20
TOTAL	20	100	20	100	20	100	20	100
Indicador	LIQIME		PAREMP		ROE		TOTAL	
Variação IFRS - BR GAAP	Nº de IF's	% Ifs em relação ao total	Nº de IF's	% Ifs em relação ao total	Nº de IF's	% Ifs em relação ao total		% Ifs em relação ao total
IFRS > BR GAAP	5	25	15	75	6	46	68	51
IFRS < BR GAAP	14	70	5	25	7	54	60	45
IFRS = BR GAAP	1	5	0	0	0	0	5	4
TOTAL	20	100	20	100	13	100	133	100

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de pesquisa (2014).

Para indicadores como: EMPDEP que demonstra o quanto foi captado de depósitos para cada um real emprestado, CAP que revela o quanto do ativo é coberto pelos recursos próprios da empresa, ENCV que nos mostra a capacidade financeira imediata da instituição financeira cobrir saques contra depósitos, e PAREMP o quanto do ativo das instituições se encontram aplicados em operações de empréstimos; a maioria das instituições financeiras apresentaram os números reais superiores de acordo com as normas internacionais, IFRS>BR GAAP.

Já os indicadores, ALAV, que reflete os recursos próprios constantes no PL que são utilizados para pagamento dos recursos de terceiros, LIQIME recursos totais disponíveis para cobrir os depósitos, e ROE taxa de retorno do capital próprio, os números reais foram superiores nas normas locais, IFRS<BR GAAP.

Comparando os cenários, para cada indicador existe uma interpretação, no caso do indicador alavancagem que em média reduz-se de 9,2578 para 8,8179 quando calculado em IFRS, apresenta-se uma capacidade superior, quando adotadas as normas internacionais, para fazer frente ao patrimônio de terceiros. Embora continue sendo insuficiente para liquidação do passivo.

No indicador ROE identificou-se uma taxa média de retorno de capital inferior quando adotadas as normas internacionais, motivadas pela variação do PL. Quanto aos recursos disponíveis para cobrir depósitos, LIQIME, ele se altera em virtude do conceito de equivalente de caixa, reduzindo em IFRS a capacidade de geração de caixa.

Avaliando os indicadores nos quais o modelo IFRS foi em média superior, EMPDEP, CAP, ENCV e PAREMP nota-se, uma melhor proporção entre captação e empréstimo, 1,063 (tabela 9); a relação capital próprio e ativo amplia-se, 0,0059 (0,1264 para 0,1323 - tabela 8); assim como o percentual do ativo aplicado em empréstimos. Apenas o indicador ENCV que tem maior percentual de IFRS>BRGAAP apresenta em média o valor IFRS<BRGAAP.

Considera-se que mesmo sem a identificação de mudanças significativas, aparentemente a adoção das normas internacionais favoreceram o crescimento do patrimônio líquido, visto que o indicador de CAP foi normalmente maior em IFRS, e os indicadores ALAV e ROE, que possuem em seu denominador o patrimônio líquido, foram menores quando considerada a nova normativa.

Também se observou uma redução no montante de depósitos totais, quando utilizado o método IFRS, visto por meio dos indicadores de EMPDEP e ENCV que foram superiores quando calculados em IFRS. Não se considerou o indicador LIQIME como balizador desta tendência devido esse conter em seu numerador as aplicações interfinanceiras de liquidez, que em IFRS reduziram-se.

A carteira de crédito cresceu, devido à aplicação da IAS 39, que adia o reconhecimento dos créditos perdidos. Ou seja, as IFRS aparentemente aumentaram o conservadorismo das instituições financeiras, quando considerada a redução dos depósitos e aplicações interfinanceiras de liquidez. Entretanto sob a ótica das provisões da carteira de crédito elas se mostraram menos conservadoras, proporcionando melhores resultados.

4.4 ANÁLISE GERAL

De acordo com os indicadores econômico-financeiros apresentados nesta pesquisa, sugere-se que a adoção das IFRS não impactou significativamente nos indicadores econômico-financeiros das instituições financeiras listadas na BM&Fbovespa.

Entretanto é possível visualizar as normas internacionais que provocaram mudanças nestes, estas foram: IAS 27 (SIC 12), IAS 19, IAS 32, IAS 39, IFRS 1, IFRS 4 e IFRS 7.

Por meio da tabela 14 de observação de tendências, foi possível identificar que indicadores como EMPDEP, CAP, PAREMP quando calculados para as instituições financeiras após a aderência das normas internacionais, apresentaram resultados superiores em IFRS, considerando respectivamente para cada indicador 75%, 65% e 75%, acredita-se em uma forte tendência de representatividade maior ainda para os próximos períodos. Assim como para os indicadores ALAV(75%) e LIQIME (70%), aonde o efeito foi inverso, as normas internacionais reduziram os números reais quando comparados ao BR GAAP, e esse cenário se confirmou para um percentual significativo das instituições financeiras.

Apenas indicadores como ROE, aonde a amostra foi reduzida e ENCV aonde 20% das instituições financeiras não alteraram os números reais quando comparados BR GAAP e IFRS não foi possível observar uma tendência relevante de aumento ou redução com a adoção das normas internacionais.

Confirma-se, mesmo sem a identificação de mudanças significativas, que as IFRS favoreceram o crescimento do patrimônio líquido e da carteira de crédito e reduziram o montante de depósitos totais e aplicações interfinanceiras de liquidez, aparentemente a nova normativa contábil alterou o conservadorismo das instituições financeiras.

Acredita-se que em uma pesquisa de escala longitudinal, será possível visualizar os reflexos nos indicadores econômico-financeiros de instituições financeiras, visto que, as normas internacionais trouxeram novos conceitos, e estes serão melhores aplicados conforme a estabilização e uso do método IFRS.

Lembra-se que para algumas instituições financeiras, o ano de 2009 foi o primeiro com a adoção das IFRS, sendo assim, espera-se uma melhor adaptação nos próximos anos, até mesmo quanto às declarações em notas explicativas referentes à aplicação.

Também se faz acreditar que, com maior recepção e incorporação das normas internacionais por parte do Banco Central do Brasil, as instituições financeiras poderão concentrar esforços em um sentido único, pois assim como no ano de 2009, até os dias atuais, as instituições financeiras mantém suas demonstrações contábeis em BR GAAP (logo adaptado e extraído os dados COSIF) e em IFRS.

Aproveita-se a oportunidade para também elencar os resultados aqui encontrados, com os estudos anteriores citados.

Quadro 9 – Comparação dos Estudos Nacionais e Estudo Atual

ESTUDOS NACIONAIS			
Autor	Foco do estudo	Resultados relacionados ao estudo atual	Status no estudo atual
Almeida (2010)	A reclassificação dos ativos financeiros (IFRS 9) e os possíveis impactos nos indicadores prudenciais e de rentabilidade.	O indicador ROE apresenta uma variação estatisticamente significativa entre BR GAAP e IFRS.	Não se confirma. Talvez em função do estudo de Almeida (2010) ter como base a simulação da reclassificação e não ela de fato.
Valério (2011)	Impactos das IFRS nos indicadores econômico-financeiros de empresas de transporte aéreo, listadas na Bolsa de Valores de São Paulo.	Foram constatadas mudanças quanto aos termos estruturais das demonstrações contábeis, assim como, se identificou a necessidade de informações mais detalhadas no padrão IFRS, quando comparado ao BR GAAP.	Confirmado.
Sterzeck (2011)	IFRS - o comportamento das instituições financeiras diante das alterações ocorridas no ambiente normativo brasileiro, e o reflexo quanto o conservadorismo.	Não foi possível inferir que os lucros contábeis das instituições financeiras foram afetados pela nova normativa (IFRS) de forma estatisticamente significativa.	Confirmado.
Sayed (2012)	Será que a utilização de uma contabilidade plena ao valor justo torna próximo o patrimônio contábil do valor de mercado das entidades?	O reflexo do valor justo no patrimônio líquido aproxima os números dos valores de mercado, mas estatisticamente não existe variação significativa.	Não se identificou variação significativa nos indicadores que a conta patrimônio líquido estava presente.
Silveira (2014)	IFRS resulta na alteração da diversidade dos índices econômico-financeiros de empresas listadas na BOVESPA.	Não foi possível identificar alteração estatisticamente significativa.	Confirmado.
Farias et al.(2014)	Impactos das IFRS na representação da situação patrimonial, econômica e financeira de 18 bancos listados na BM&FBovespa.	Diferença estatisticamente significativa no indicador de liquidez (IFRS proporciona menor liquidez). A qualidade da carteira de crédito em IFRS é menor.	Não se confirmou diferenças estatisticamente significativas. Observa-se maior risco no formato de cálculo para provisão de devedores duvidosos.

Fonte: Elaborado pela autora com base no referencial teórico e dados da pesquisa (2014).

Quadro 10 – Comparação dos Estudos Internacionais e Estudo Atual

ESTUDOS INTERNACIONAIS			
Autor	Foco do estudo	Resultados relacionados ao estudo atual	Status no estudo atual
Ernest & Young (2005)	IFRS, o que provocou impactos no patrimônio líquido de 15 instituições financeiras europeias.	O PL alterou-se em função das IASs 19, 32 e 39. O conceito de valor justo aplicado em investimentos classificados como "disponíveis para venda" e a provisão para perdas de operações de crédito tiveram maior representatividade.	Confirmada a alteração do valor nominal, mas estatisticamente através das diferenças de médias dos indicadores, não se confirma a significância.
Miranda (2008)	Adoção do IFRS e os impactos nos indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Europeia.	IFRS mostra-se capaz de provocar mudanças significativas nos indicadores de alguns países.	Não se confirma para o Brasil.
Chiqueto (2008)	Impactos na provisão para devedores duvidosos dos bancos europeus listados na Bolsa de Nova Iorque após a adoção das IFRS.	Impactos insignificantes no saldo de provisão para devedores duvidosos.	Confirmado. Para os indicadores econômico-financeiros que possuíam a conta carteira de crédito em sua fórmula, não se observaram variações estatisticamente significativas.
Gebhardt e Novotny-Farkas (2010)	Analisaram as implicações da adoção das IFRS na qualidade dos bancos em doze países da Europa.	Confirmaram que os bancos reconhecem créditos de liquidação duvidosa de uma forma menos oportuna, após a adoção das IFRS. Além disso, os efeitos das IFRS são significativamente menos pronunciados em regimes de supervisão mais rigorosos.	Confirmado quanto a forma menos oportuna de reconhecer. Estatisticamente indicadores que possuem a conta carteira de crédito sofreram diferenças irrelevantes.

Fonte: Elaborado pela autora com base no referencial teórico e dados da pesquisa (2014).

Os resultados dos sete indicadores econômico-financeiros calculados neste estudo, em ambos os modelos contábeis, não apresentaram diferenças de médias relevantes.

5 LIMITAÇÕES

Na presente pesquisa considerou-se como limitações: o tamanho da amostra, vinte instituições financeiras; o período analisado, apenas o ano de 2009; a falta de reapresentação da demonstração do resultado do exercício por sete das vinte instituições financeiras (em acordo com a Carta Circular 3.435 do Banco Central do Brasil, emitida em 18.03.2010); e a ausência da reapresentação do índice de Basileia em acordo com IFRS para o ano de 2009.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi o de avaliar os impactos da adoção das IFRS nos indicadores econômico-financeiros de instituições financeiras brasileiras. Foram comparadas demonstrações contábeis referentes ao mesmo ano, utilizando padrões contábeis diferentes. E para verificar se as diferenças encontradas eram significativas foi utilizado o teste *Mann Whitney*.

Após os *downloads* das demonstrações contábeis de acordo com a normativa local e internacional para o ano de 2009, foram realizados os mapeamentos das contas contábeis correspondentes dentro de cada normativa. Ao mesmo tempo, foram se desenhando os saldos para compor adequadamente os cálculos dos indicadores econômico-financeiros selecionados.

Como a intenção do estudo era a réplica da pesquisa de Miranda (2008), calculou-se os mesmos indicadores econômico-financeiros, estes são: encaixe voluntário, liquidez imediata, participação de empréstimos, empréstimos/depósitos, alavancagem e capitalização. Acrescentou-se o indicador de retorno sobre o patrimônio líquido, este, com o objetivo de identificar se a aplicação das IFRS alterou significativamente a riqueza dos proprietários/acionistas, relaciona-se à perspectiva de criação de valor, já mencionada no referencial teórico.

Para os indicadores econômico-financeiros encaixe voluntário, liquidez imediata, alavancagem e retorno sobre o patrimônio líquido, às médias dos resultados foram superiores no formato BR GAAP, enquanto para participação empréstimos, empréstimos/depósitos e capitalização, as médias maiores foram encontradas em IFRS.

Quanto à variação nos resultados dos indicadores de encaixe voluntário e liquidez imediata relaciona-se a nova classificação de equivalente de caixa. Também se identifica que as instituições financeiras têm o indicador de alavancagem inferior no formato IFRS, isso define que os recursos de terceiros têm menor significância quando adotadas as normas internacionais. Essas diferenças motivam-se principalmente, pelo reflexo da mensuração do valor recuperável das operações de crédito e dos derivativos, e pela menor provisão para créditos de liquidação duvidosa efetuada nas demonstrações em IFRS.

O retorno sobre o patrimônio líquido é superior quando calculado em acordo com a normativa local. A variação é originada da aplicação do conceito de valor justo nos ativos financeiros. Além disso, o patrimônio líquido sofre também, reflexos da participação dos acionistas não controladores.

Para os indicadores em que as médias foram superiores em IFRS, observou-se principalmente a variação das provisões para as operações de crédito, que no modelo IFRS foram inferiores às aquelas constituídas segundo os parâmetros do BR GAAP. O indicador de participação dos empréstimos mostrou que a utilização do modelo do IASB implica em dar maior participação das operações de crédito sobre o ativo da instituição.

Em relação ao indicador capitalização, a utilização dos padrões estabelecidos pelo IASB resultou em uma proporção maior do patrimônio líquido em relação aos ativos totais. O índice de capitalização indicou que o patrimônio líquido dessas instituições financeiras cobriram 13,23% dos seus ativos, enquanto em BR GAAP 12,64%. As causas relacionadas para estas diferenças foram: em BR GAAP exclui-se a participação dos acionistas controladores, e no IFRS considera-se, a aplicação do ajuste ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos (carteira de crédito), do ajuste ao valor justo de ativos financeiros constantes da carteira de fundos de investimentos exclusivos consolidados, do ajuste a valor justo dos ativos financeiros – títulos de patrimônio, da constituição de crédito tributário sobre diferença de alíquota, do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre ajuste de IFRS.

Para o indicador empréstimos/depósitos o reflexo das IFRS foi fundamentado na alteração na carteira de crédito em virtude das provisões.

Considera-se com base no estudo desenvolvido que a adoção das normas internacionais do ponto de vista da carteira de crédito torna as demonstrações contábeis menos conservadoras, pois posterga o registro das perdas, refletindo nos resultados.

Comparando a pesquisa atual com estudo internacional de Miranda (2008), os indicadores de solvência, encaixe voluntário e participação de empréstimos confirmaram os resultados, não havendo diferença estatisticamente significativa. Para o indicador de liquidez imediata, a conclusão é contrária ao estudo de Miranda (2008), já que a mesma encontrou mudança estatisticamente significativa tanto para instituições financeiras da Espanha, quanto do Reino Unido e da França, já para as instituições financeiras brasileiras o reflexo não é o mesmo. Os testes com o indicador de participação dos empréstimos não revelaram diferenças significativas.

Na estrutura patrimonial e de captação, os três indicadores no estudo desenvolvidos não apresentaram diferenças relevantes entre as médias, contrariando os resultados gerais do estudo de Miranda (2008) quanto a dois indicadores, alavancagem e capitalização.

Outro estudo relevante para realização de comparação foi o de Farias et al.(2014) que também calculou os indicadores econômico-financeiros para instituições financeiras brasileiras, mas com uma metodologia diferente, baseado em dados do ano de 2010 e

variações amostrais. Quanto à significância das diferenças das médias, foram confirmadas apenas para participação dos empréstimos, alavancagem e capitalização. No estudo observa-se a alteração na qualidade da carteira de crédito, que é resultado das provisões para devedores duvidosos, eles também identificaram uma menor liquidez no formato IFRS.

Elencando os estudos relacionados à pesquisa atual, vem ao encontro dos resultados encontrados o de Chiqueto (2008), ele analisou as novas regras da provisão para devedores duvidosos, e o de Valério (2011), que confirmou que em termos estruturais as demonstrações contábeis já se alteraram bastante, mas que o IFRS ainda precisa ser mais detalhado para uma adequada interpretação. Sterzeck (2011) na mesma linha, comparou os lucros contábeis em ambas às normativas, e Sayed (2012) buscou evidenciar o impacto do valor justo, mais recentemente, Silveira (2014) avaliou se existia variação na diversidade dos indicadores econômico-financeiros em períodos anteriores ou posteriores a adoção das IFRS, todos os autores relacionados não encontraram resultados que afirmassem significativamente o impacto das normas internacionais, mas possibilitou-se visualizar a aplicação das novas normas.

O presente estudo atendeu o objetivo geral de verificar a ocorrência de impactos da adoção das IFRS nos indicadores econômico-financeiros de instituições financeiras, entretanto não se identificou diferenças relevantes para o ano de 2009. O que se tornou possível relacionar foi o percentual representativo de instituições financeiras que em que a adoção das normas internacionais reduziram ou ampliaram os números reais, em média 72% destas apresentaram indicadores semelhantes. Apenas o indicador ROE, aonde a amostra analisada foi menor, e o ENCV, aonde 20% das instituições financeiras apresentaram números iguais antes e após a adoção das normas, não foi possível traçar uma tendência.

Algumas considerações são quanto à abordagem de perda incorrida, relacionada inúmeras vezes quando avaliada a carteira de crédito. Conforme Gebhardt e Novotny-Farkas (2010) afirmaram, este conceito pode fornecer incentivos para os gestores em tempos de bonança, adiando o reconhecimento de perdas em empréstimos para os períodos em que os fluxos de caixa são reduzidos. Este comportamento pode alimentar falsos lucros bancários, e assim exacerbar as crises econômicas, relacionou-se este entendimento com a posição do Banco Central do Brasil quanto à recepção das normas internacionais: as IFRS vêm sendo aderidas com cautela e constante avaliação dos impactos econômicos.

Um ponto positivo visualizado por autores, é quanto a possibilidade de redução da tendência ao gerenciamento de resultados, pois em BR GAAP o uso das provisões para perdas poderiam ter este propósito. (Leventis, Dimitropoulos e Anandarajan 2010).

Sobre a ótica do método IFRS, os acionistas e investidores estarão conhecendo resultados menos conservadores, que são positivamente recebidos, enquanto a normativa BR GAAP proporcionará aos administradores das instituições financeiras, uma posição mais conservadora, tanto no recolhimento de tributos, quanto na remuneração dos acionistas.

Para os acionistas e investidores, conforme já mencionado por Carvalho (2009), acredita-se que a transição para o padrão IFRS, já proporcionou informações mais transparentes, em virtude da extensão das interpretações e aplicações, conforme relacionadas no decorrer do presente estudo. Quanto à redução do custo de capital e aumento na geração de valor da instituição, observa-se que primeiramente seria necessária uma adoção mais representativa por parte do Banco Central do Brasil das normas internacionais, fazendo assim com que as instituições financeiras unissem esforços em um sentido único que atenda a legislação local e o mercado de capitais.

No entanto, vale lembrar as particularidades do sistema financeiro. O BACEN tem como missão assegurar a solidez e eficiência do sistema, desta maneira a avaliação das IFRS e seus impactos acontecem sob uma ótica macroeconômica, e não na velocidade esperada pelos demais. Ao encontro, Gebhardt e Novotny-Farkas (2010) relacionam que em regimes de supervisão mais rigorosos, os efeitos da adoção das IFRS podem ser menos pronunciados.

Mesmo sem uma comprovação estatística significativa, acredita-se que em longo prazo as normas internacionais impactarão nos indicadores econômico-financeiros de instituições financeiras brasileiras, conforme a aderência do Banco Central do Brasil, já citada, e também por meio da constante adaptação das interpretações da nova normativa internacional. Concordou-se com a afirmação de Girbina et al. (2012), quando diz que já existem resultados positivos a serem observados no IFRS, tais como: melhor comparabilidade, transparência e confiança para o investidor.

Como sugestão de estudos futuros, recomenda-se examinar o impacto das normas internacionais em uma escala longitudinal (2009 a 2014) das instituições financeiras brasileiras, assim haverá maiores chances de identificação de diferenças relevantes entre os padrões contábeis.

Outra sugestão, seria avaliar a evolução dos lucros apurados em acordo com as normas internacionais, verificando reflexos entre provisões e lucro líquido. Seria o modelo BR GAAP conservador demais ou o IFRS muito arriscado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Diana Lúcia de. **Reclassificação dos ativos financeiros e os possíveis impactos nos indicadores prudenciais e de rentabilidade dos bancos brasileiros**. 2010. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -- Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade - USP, São Paulo, SP, 2010.

ANJOS, Sérgio Odilon. Abertura. In: SEMANA DE CONTABILIDADE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 13., 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...**São Paulo: BACEN, 2010. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/evento/arquivos/2010_8_121/Sergio%20Odilon.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Finanças Corporativas e Valor**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Estrutura e Análise de Balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BALL, Ray. Internacional Financial Reporting Standard (IFRS): Pros and Cons for Investors. **Jounal of Business Research**, v.36, p.5-27, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Carta Circular nº 3.435, de 18 de março de 2010**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/c_circ/2010/pdf/c_circ_3435_v1_O.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. **Carta Circular nº 3.472, de 27 de outubro de 2009**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=c_circ&ano=2010&numero=3472>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. **Circular nº 3.678, de 31 de outubro de 2013**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2013/pdf/circ_3678_v2_P.pdf>. Acesso em 11 dez. 2013.

_____. **Circular nº 3.716, de 21 de agosto de 2014**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2014/pdf/circ_3716_v1_O.pdf>. Acesso em 11 dez. 2013.

_____. **Comunicado nº 14.259, de 10 de março de 2006**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=106064950>>. Acesso em: 18 nov. 2013

_____. **Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1994/pdf/res_2099_v25_P.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. **Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.** Disponível em:<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_P.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. **Resolução nº 3.566, de 29 de maio de 2008.** Disponível em:<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2008/pdf/res_3566_v1_O.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. **Resolução nº 3.786, de 24 de setembro de 2009.** Disponível em:<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2009/pdf/res_3786_v1_O.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

BANRISUL. **Demonstrações Contábeis Completas em IFRS.** Notas Explicativas. Dezembro 2010. Disponível em:<<http://ri.banrisul.com.br/>>. Acesso em: 15 out. 2014.

BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne R.; LANG, Mark H. *International accounting standards and accounting quality.* **Journal of Accounting Research.** v. 46 (3) p. 467-498. 2008.

BELO, Neuza Maria; BRASIL, Haroldo Guimarães. Assimetria Informacional e Eficiência Semiforte do Mercado. **Revista RAE.** v. 46. ed. Especial. Minas Gerais, 2006.

BERLE, Adolf Augustus; MEANS, Gardiner. **The modern corporation and private property.** New York: MacMillan, 1932.

BIANCHI, Márcia. **A Controladoria como um Mecanismo Interno de Governança Corporativa e de Redução dos Conflitos de Interesse entre Principal e Agente.** 2005. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -- Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2005.

BIOESTAT. **Manual versão 5.3.** 2007. Disponível em:<<http://www.mamiraua.org.br/pt-br/downloads/programas/bioestat-versao-53/>>. Acesso em: 15 out. 2014.

BOECHAT, Dalton; BERTOLOSSI, Flávio Motta. Basiléia II - Uma Avaliação do Impacto das Novas Regras nas Regulações Vigentes e Captações Externas. **Revista Retrospectiva.** 2001.

BORGES, Florinda Figueiredo. **Intervenção Estatal na Economia: o Banco Central e a execução das políticas monetária e creditícia.** 2010. 204 f. Dissertação (Mestrado em Direito) -- Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, 2010.

BRADESCO. **Demonstrações Contábeis Consolidadas de Acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).** Notas Explicativas. Dezembro de 2010. Disponível em:<<http://www.bradescom.com.br/>>. Acesso em: 15 out. 2014.

BRASIL. **Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4357.htm>. Acesso em 15 abr. 2014.

_____. **Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm>. Acesso em: 18 nov.2013

_____. **Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14595.htm>. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. **Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14728.htm>. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. **Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6385original.htm>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404compilada.htm>. Acesso em: 15 abr. 2014.

_____. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. **Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm>. Acesso em: 18 nov. 2013.

BUENO, Artur Franco; LOPES, Edmir. Harmonização Global das Práticas Contábeis. Contabilidade Internacional. São Paulo. Módulo 2. 2005.

CALCADO, Eveline Duarte; DANTAS, José Alves; NIYAMA, Jorge Katsumi; RODRIGUES, Jomar Miranda. Indicadores Econômico-Financeiros dos Bancos Brasileiros: Impactos Associados aos Padrões Contábeis do IASB e do BCB 2013. In: 13º CONGRESSO USP CONTROLADORIA E FINANÇAS. 2013. São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em:< <http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos132013/150.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

CALIXTO, Laura. Análise das Pesquisas com Foco nos Impactos da Adoção do IFRS em Países Europeus. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, ISSN 0103 734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 157-187, jan./mar. 2010.

CAPELLETTO, Lúcio Rodrigues. **Mensuração do risco sistêmico no setor bancário com utilização de variáveis contábeis e econômicas.** 2006. 267 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) -- Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, 2006.

CARVALHO, Daniele. **Itaú explica em nota oficial a desistência pela compra do Banespa.** Rede Global Info. 20 nov. 2000: Tempo Real. Disponível em: <http://www2.glb.com.br/manchetes/noticias.asp?337241>>. Acesso em 18 nov. 2013.

CARVALHO, Luiz Nelson. Empresas ainda têm dúvida sobre qual o padrão seguir. In: International Financial Reporting Standards. **Journal – Ernst & Young**, n. 8, set/out. 2009. Disponível em: <[http://www.ey.com.br/Publication/vwLUAssets/IFRS_Journal_8/\\$FILE/IFRS_Journal_8.pdf](http://www.ey.com.br/Publication/vwLUAssets/IFRS_Journal_8/$FILE/IFRS_Journal_8.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2013.

CARVALHO, Agostinho Garrido Teixeira de. **Acordo de Basileia II No Brasil: Implantação, Supervisão E Fatores De Risco Dos Principais Bancos Brasileiros**. 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Regulação e Gestão de Negócios) -- Programa de Pós-Graduação Profissional em Regulação e Gestão de Negócios, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília - UNB, Brasília, DF, 2011.

CASELANI, Denise Maria Candioto; CASELANI, César Nazareno. Direcionadores financeiros e não financeiros: impactos na geração de valor. In: ENANPAD, 30., 2006. Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD 2006.

CHIQUETO, Fernando. **Impactos na Provisão para Devedores Duvidosos dos Bancos Europeus Listados na Bolsa de Nova Iorque após a Adoção as Normas Internacionais de Contabilidade**. 2008. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -- Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.055, de 07 de outubro de 2005**. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/PrevencaodaCorrupcao/Integridade/IntegridadeEmpresas/arquivos/RES_1055.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Instrução Normativa nº 457, de 13 de julho de 2007**. Disponível em: <www.cvm.gov.br>. Acesso em: 15 abr.2014.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – (CPC). **Pronunciamento conceitual básico**. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <http://static.cpc.medialogroup.com.br/Documentos/455_CPC00%20Pronunciamento.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. **Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. Disponível em: <http://static.cpc.medialogroup.com.br/Documentos/27_CPC_01_R1_rev%2005.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014.

COSTA, Juraci Nogueira. **Acordo de Basileia: Impacto no comportamento das Instituições Financeiras Brasileiras**. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) -- Universidade Católica de Brasília – UCB, Brasília, DF, 2004.

DASKE, Holger. Economic benefits of adopting IFRS or US-GAAP - Have the expected cost of equity capital really decreased? **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 33, p. 329-373, 2006.

DASKE, Holger; HAIL, Luzi; LEUZ, Christian; VERDI, Rodrigo. Mandatory IFRS Reporting around the World: Early Evidence on the Economic Consequences. **Journal of Accounting Research**, v. 46. p. 1085-1142, 2008.

DUARTE JUNIOR, Antônio Marcos. **Gestão de Riscos para Fundos de Investimentos**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

ERNST & YOUNG. **IFRS – the implications for European banks**. London: Eygm Limited, 2005. Disponível em:<
http://www2.eycom.ch/publications/items/ifrs/single/200610_impact_euro_banks/200610_ey_impact_ifrs_euro_banks.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013

ERNST & YOUNG e FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras**. 1. ed . São Paulo: Atlas, 2010.

EXAME, Revista. **Conheça os cinquenta maiores bancos do país**. Disponível em:<<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/09/08/conheca-os-50-maiores-bancos-do-pais-itau-e-bradesco-lideram-ranking.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

FANGER, David. **Metodologia de Rating de Moody's**. São Paulo: Moody's América Latina, 2006.

FARIAS, José Barbosa de; PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares; DE LUCA, Márcia Martins Mendes. Impactos da adoção das IFRS nas demonstrações contábeis consolidadas dos Bancos listados na BM&FBovespa. **Revista Universo Contábil**, v. 10(2), p. 63-83, 2014.

FE JUNIOR, Armando Lopes Dias da. **Mudanças Contábeis e Reações do Mercado na Implantação Compulsória do IFRS no setor Bancário Brasileiro**. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -- Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, 2013.

FEDERAL RESERVE. **Uniform Financial Institutions Rating System**. [S.I, 1996?]. Disponível em:
 <<http://www.federalreserve.gov/boarddocs/press/general/1996/19961224/default.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Os Acordos de Basileia: Um Roteiro para Implementação nas Instituições Financeiras**. [S.I., 2008?]. Disponível em:
 <http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Artigo_Basileia_6.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2014.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. **Racionalidade da Regulamentação e Supervisão Bancária: Uma interpretação Heterodoxa**. In: SOBREIRA, Rogério (Org.). **Regulação Financeira e Bancária**. São Paulo: Atlas, 2005

FREITAS, Maria Cristina Penido de; PRATES, Daniela Magalhães. **As Restrições das Novas Regras do Comitê da Basileia sobre as Condições de Financiamento dos Países Periféricos**. *Econ. Ensaios*, Uberlândia, v. 15 (2). p. 59-93, jul. /2001.

FREIXAS, Xavier; PARIGI, Bruno M.; ROCHET, Jean-Charles. Systemic Risk, Interbank Relations and Liquidity Provisions by The Central Bank. **Journal of Money, Credit and Banking**. v. 32, n. 3, p. 611-638, Aug./2000.

GEBHARDT, Günther; NOVOTNY-FARKAS, Zoltan. **Mandatory IFRS Adoption and Accounting Quality of European Banks**. SSRN, 2010. Disponível em <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1732166>. Acesso em: 14 out. 2013.

GESTÃO de Empresas no contexto do IFRS. **Fundação IFRS**. [S.I, 2011?]. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/legislacao/1114384/gestao-de-empresas-no-contexto-do-ifrs>>. Acesso em: 01 abr. 2014.

GIRBINA, Mandalina; MINU, Mihaela; BUNEA, Stefan; SACARIN, Marian. Perceptions of Preparers from Romanian Banks Regarding IFRS Application. **Journal of Accounting and Management Information Systems**. v. 11(2), p. 191-208, 2012.

GOULART, André Moura Cintra. **Evidenciação Contábil do Risco de Mercado por Instituições Financeiras no Brasil**. 2003. 202 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) -- Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, 2003.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. Tradução da 5.ed. americana por Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 2009.

IFRS ORG. **IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa**. Disponível em:<<http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/Port2011/IAS7.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

_____. **IAS 19 Benefícios aos Empregados**. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/Port2011/IAS19.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2014

_____. **IAS 27 Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/Port2011/IAS27.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

_____. **IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação**. Disponível em:<<http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/Port2011/IAS32.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

_____. **IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração**. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/IAS39.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

_____. **IFRS 1 Adoção Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs)**. Disponível em:<<http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/IFRS1.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

_____. **IFRS 4 Contratos de Seguro**. Disponível:<<http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/IFRS4.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

_____. **IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações.** Disponível em: <<http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/IFRS7.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

_____. **IFRS 9 Instrumentos Financeiros.** Disponível em: <<http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Financial-Instruments-A-Replacement-of-IAS-39-Financial-Instruments-Recognition/Documents/IFRS-9-Project-Summary-July-2014.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2014.

IFRS é exigido em 101 países, revela estudo inédito. **Fundação IFRS.** [S.I, 2013?]. Disponível em: <<http://www1.valor.com.br/empresas/3367178/ifrs-e-exigido-em-101-paises-revela-estudo-inedito>>. Acesso em: 01 abr. 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade.** 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KLAN, Roberto Carlos. **Impacto das diferenças de Normas Contábeis Brasileiras, Americanas e Internacionais em Indicadores de Desempenho de Empresas.** 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) -- Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau - FURB, Blumenau, SC, 2007.

KLAN, Roberto Carlos; BEUREN, Ilse Maria. Efeitos da Convergência Contábil às IFRS no Gerenciamento de Resultados de empresas Europeias. In: V CONGRESSO ANPCONT, 2011, Vitória. **Anais eletrônicos...** Vitória: ANPCONT, 2011. Disponível em: <<http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoV/CUE041.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2012.

LAZONICK, William; O'SULLIVAN, Mary. Maximizing shareholder value: a new ideology for corporate governance. **Economy and Society.** v. 29, n. 1, p. 13-35, February 2000.

LEMES, Sirlei; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. **Contabilidade Internacional para Graduação.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEVENTIS, Stergios; DIMITROPOULOS, Panagiotis E.; ANANDARAJAN, Asokan. Loan Loss Provisions, Earnings Management and Capital Management under IFRS: The Case of EU Commercial Banks. **Journal of Financial Services Research**, v. 39, Issn: 1573-0735, 2010. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10693-010-0096-1#page-1>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

LOPES, Aleksandro. Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade: Uma Nova Abordagem.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCENA, Wenner Glaucio Lopes; FERNANDES, Maria Sueli Arnoud Miguel; FRANÇA, José Antônio de; CAPELLETTO, Lucio Rodrigues. Estudo do Nível de Evidenciação do *Impairment* pelos Bancos Brasileiros: Uma aplicação da análise do conteúdo com base nas notas explicativas. **RC&C – Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba v. 1 n. 1, p. 45-60, jan-abr. 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações.** 3. ed, São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINEZ, Antônio Lopo. *Agency Theory* na Pesquisa Contábil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 22, 1998. Foz do Iguaçu. **Anais..** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998.

MARTINS, Andressa Iovine; JOÃO, Belmiro Nascimento; MARION, José Carlos. O Perfil da Pesquisa Contábil sobre IFRS: Uma Revisão Bibliométrica dos Artigos Internacionais sobre a Matéria. **Revista Científica Hermes**, São Paulo, v. 7. 2012. Disponível em: <<http://www.fipen.edu.br/hermes1/index.php/hermes1/article/view/62>>. Acesso em: 15 de abr. de 2014.

MATIAS, Pereira. Políticas Neoliberais, Desequilíbrio Macroeconômico e Governabilidade: Os Casos do Brasil e Argentina. **Revista Observatório de La Economía Latinoamericana**, Universidad de Málaga, nº 23, abril, p.1-27, 2004.

MACKENZIE, Bruce; COETSEE, Danie; NJIKIZANA, Tapiwa; CHAMBOKO, Raymond; COLYVAS, Blaise; HANEKOM, Bradon. **IFRS 2012: Introdução e Aplicação**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MIRANDA, Vanessa Lopes. **Impacto da adoção das IFRS (*Internacional Financial Reporting Standards*) em indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Européia**. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -- Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, 2008.

NEVES, Thiago Jose Galvao das; LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira; LIBONATI, Jeronymo Jose; NASCIMENTO, Suenia Graziella Oliveira de Almeida Santos do; MARINHO, Rhoger Fellipe; LEMOS, Livia Vilar. Utilidade dos Relatórios Contábeis após a Implantação das IFRS: Um Estudo Sobre a Visão dos Investidores. In: XXXVI ENCONTRO DA ANPAD, 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...**Rio de Janeiro: ANPAD, 2012. Disponível em:<http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=848&cod_evento_edicao=63&cod_edicao_trabalho=14534>. Acesso em: 06 ago. 2013.

NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. Divulgação da Informação Contábil, Governança Corporativa e Controle Organizacional: uma relação necessária. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, n. 3, p. 25-47, 2008.

NILSSON, Jerker. Organizational principles for cooperatives firms. **Scandinavian Journal of Management**, v. 17, n. 3, p. 329-356, 2001.

NATILSON, Nancy; BRUETT, Tillman A. **Financial Performance Monitoring a Guide for Board Members of Microfinance Institutions**. Bethesda: Development Alternatives, 2001. Microenterprise Best Practices. Disponível em: <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNADO583.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2014.

ONO, Fábio Hideki. **O Acordo de Basiléia, a Adequação de Capital e a Implementação no Sistema Bancário Brasileiro**. 2002. 117 f. Trabalho de Conclusão de Curso -- Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, SP, 2002.

PEREIRA, José Matias. Os Reflexos do Acordo de Basileia II no Sistema Financeiro Mundial. **Revista Contábil & Empresarial Fiscolegis**, 2006.

PEREIRA, José Matias. Gestão do Risco Operacional: Uma Avaliação do Novo Acordo de Capitais – Basileia II. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. v.1, n.6, jul/dez, 2006.

PIRES, Clenia de Oliveira, DECOURT, Roberto Frota, CAMARGO, Cáren Urzina de Oliveira, SIEBEL, Valéria. Os Impactos da Fase Final de Transição para o IFRS no Brasil. In: IX CONVIBRA ADMINISTRAÇÃO – CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 2012. **Anais eletrônicos...**Disponível em:<http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/33/2012_33_5104.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2014.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Conversão de demonstrações contábeis**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. **IFRS e CPCs - A Nova Contabilidade Brasileira: Impactos para o Profissional de RI**. 2010. Disponível em: <www.pwc.com.br/pt_BR/br/ifrs-brasil/assets/booklet-ibri-2010.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2014.

RESENDE, Leandro Lima, **Análise do Desempenho Econômico-Financeiro: um estudo Ex Ante e Ex Post diante da Fusão Itaú Unibanco**. 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -- Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, MG, 2012.

ROSS, Stephen; WESTERFIELD, Randolph; JAFFE, Jeffrey. **Administração financeira: Corporate Finance**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002

SAYED, Samir. **O Uso do Valor Justo e Suas Relações Com os Valores de Mercado das Instituições Financeiras**. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -- Programa de Pós-Graduação de Contabilidade, Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, 2012.

SCHVIRCK, Eliandro; GASPARETTO, Valdirene. Divulgação Voluntária de Informações por Segmento e Governança Corporativa antes da Vigência do CPC 22. In: XXXV ENCONTRO DA ANPAD, 2011, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...**Rio de Janeiro: ANPAD, 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=736&cod_evento_edicao=58&cod_edicao_trabalho=13112>. Acesso em: 07 ago. 2013.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, Breno Augusto de Oliveira; MAMEDE, Victor Frederiko Vieira; NOGUEIRA, Sérgio Guimarães; TAVARES, Marcelo; LEMES, Sirlei. Comparabilidade dos indicadores econômico-financeiros das demonstrações financeiras em BR GAAP e IFRS. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA.8., 2011, Resende. **Anais eletrônicos...**Resende: SEGeT, 2011. Disponível em: <<http://ww.aedb.br/seget/artigos11/28414295.pdf>>. Acesso em: 08. Set, 2013.

SILVEIRA, Márcio Schuch. **O Impacto da Adoção das IFRS na Variabilidade dos Índices Econômico-Financeiros de Empresas Listadas na Bovespa.** 2014. 217 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -- Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2014.

STALLINGS, Barbara; STUART, Rogério. **Financial regulation and supervision in emerging markets: The experience of Latin America since the Tequila Crisis.** 2001. Santiago, Chile: CEPAL Serie Macroeconomía del desarrollo.

STERZECK, Gisele. **Efeito da convergência contábil sobre o conservadorismo das instituições financeiras.** 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -- Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, 2011.

SCHLOTTFELDT, Cristiane Lauer. **Exigência mínima de capital e rentabilidade: uma análise empírica dos bancos brasileiros.** 2004. 162 f. Dissertação (Mestrado Administração) -- Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

TOMBINI, Alexandre. Discurso durante International Financial Reporting Standards. **Banco Central do Brasil.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/Discurso%20Tombini%20IFRS.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

UEMA, Renato Kiyotaka. **IFRS no SFN – Expectativas do Regulador e Próximos Passos.** São Paulo: Departamento de Normas do Sistema Financeiro – Denor, 2010. 30 slides. Disponível em: <www.bcb.gov.br/pre/evento/arquivos/2010_8_121/Primeira%20Demonstracao%20em%20IFRS%20BCB.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2013.

VALÉRIO, Luiz Henrique. **Impacto da Adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*) em Indicadores Econômico-Financeiros. Um Estudo de Caso Múltiplo em Empresas do Setor de Transporte Aéreo Listadas na Bolsa de Valores de São Paulo.** 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, São Paulo, SP, 2011.

VIEIRA, Danielle Diniz. Análise da Adoção do IFRS na Criação de Valor Agregado de Empresas Brasileiras Listadas na BM&FBovespa. In: 10º CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2013. São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos132013/507.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2014.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a Harmonização Contábil Internacional: Influências dos Sistemas Jurídico e Educacional, da Cultura e do Mercado.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

WOOLDRIDGE, Jeffrey Marc. **Introdução a Econometria: Uma abordagem moderna.** São Paulo: Thomson, 2006.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALOTTI, Bruno Meirelles. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais.** São Paulo: Atlas, 2006.